

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Paulo Cezar Nunes Junior

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPORTE NA
CIDADE DE CAMPINAS:
diálogos com a escola a partir da
análise da gestão atual no ano de 2006

Campinas
2006



1290003219

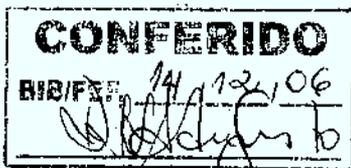
Paulo Cezar Nunes Junior

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPORTE NA
CIDADE DE CAMPINAS:
diálogos com a escola a partir da
análise da gestão atual no ano de 2006**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) apresentado à
Faculdade de Educação Física da
Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do título de
Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Sílvia Cristina Franco Amaral

Campinas
2006



CIDADE: FEF/1184
N.º CHAMADA: TCC/unicamp
N922p
V. _____ Ex. _____
TOMBO BC: 3279
PRO: _____

PRECO: 11,00
DATA: 13/03/07
N.º CPD: 405658
200713340

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
PELA BIBLIOTECA FEF – UNICAMP**

N922p

Nunes Junior, Paulo Cezar.

Políticas públicas e esporte na cidade de Campinas: diálogos com a escola a partir da análise da gestão atual no ano de 2006 / Paulo Cezar Nunes Junior. – Campinas, SP: [s.n], 2006.

Orientador: Sílvia Cristina Franco do Amaral.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Educação física. 2. Políticas públicas. 3. Esporte. 4. Escola ativa. 5. Participação popular. I. Amaral, Sílvia Cristina Franco do. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

asm/fef

Paulo Cezar Nunes Junior

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPORTE NA
CIDADE DE CAMPINAS:
diálogos com a escola a partir da
análise da gestão atual no ano de 2006**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) defendido por Paulo Cezar Nunes Junior e aprovado pela Comissão julgadora em: 28/11/2006.



Lino Castellani Filho
Membro da banca

Campinas
2006

Dedicatória

*À bravura de minha mãe
À força de minhas irmãs
À coragem de meu irmão
Às heranças de meu pai.*

*O exemplo e o apoio de vocês me renovam a
cada experiência.*

Agradecimentos

Me peguei agora pensando se seria possível quantificar os agradecimentos a partir de um trabalho realizado, e o valor desta ação caso isso fosse possível. Bem, como “objeto de estudo” talvez este assunto possa ficar para uma outra ocasião, Por hora, faço aqui meus sinceros e desinteressados agradecimentos.

À minha família, sempre presente: Rosa, Michele, Marcela e Neto. Podem ter certeza que há um pedaço de vocês em cada parte deste trabalho!

Aos grandes companheiros da L10A. Meus colegas de casa, confidentes e motivos de risadas. Espero construir ainda vários espaços com vocês. “Yeah man!”.

Aos amigos e colegas da moradia (simpatizantes, sintam-se incluídos!). Aprendi muito com a sensibilidade de vocês nesta fase.

Aos meus colegas, da tão prazerosa graduação:

Amigos de festa;

Amigos de estudo;

Amigos de piadas;

Amigos de conversa;

Amigos de coração.

Às intermináveis e insolúveis discussões com os amigos e pessoas de apreço: qual o sentido da vida? Qual o futuro do humano?

A todos aqueles que integram a Faculdade de Educação Física – FEF e a Unicamp. Pessoas que de uma forma ou outra me auxiliaram nesta primeira trajetória no campo acadêmico.

À Sílvia, pelas palavras e pelos atalhos. Obrigado pela ajuda durante todo o caminho deste projeto.

NUNES JUNIOR, Paulo Cezar. Políticas públicas e esporte na cidade de Campinas: diálogos com a escola a partir da análise da gestão atual no ano de 2006. 2006. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

RESUMO

O trabalho tem por objetivo analisar as políticas públicas para esporte desenvolvidas pela Secretaria de Esportes Cultura e Lazer da prefeitura municipal de Campinas, durante o ano de 2006, e algumas de suas relações com o esporte na escola. Mais especificamente, a pesquisa visa buscar uma compreensão das dimensões políticas do projeto Segundo Tempo, adotado por esta gestão. Utilizei-me do método qualitativo de pesquisa, através de três caminhos: a análise documental – em cima de leis e projetos; da análise observacional – visitando os locais de execução do projeto e conhecendo os trâmites políticos do setor de esportes; e de entrevistas semi-estruturadas, com responsáveis pelo setor. Como suporte teórico, o trabalho aborda uma discussão referente à gênese e a função do esporte na sociedade contemporânea, além da reflexão sobre a política pública e o esporte dentro de dois modelos de Estado diferentes. Os resultados obtidos durante a investigação foram analisados dentro de categorias pré-determinadas, e apontaram diferenças entre a prática e os objetivos iniciais do projeto. O modelo de esporte praticado pelo Segundo Tempo vai ao encontro dos interesses da instituição esportiva e reflete suas ações no espaço escolar.

Palavras-Chaves: Educação Física; Políticas Públicas; Esporte, Escola; Participação Popular.

NUNES JUNIOR, Paulo Cezar. Public politics and sport in the city of Campinas: dialogues with the school from the analysis of the current management in the year of 2006. 2006. 64f. Work of Conclusion of Course (Graduation) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ABSTRACT

This paper has the objective to analyze the public politics of development conducted by the Sports, Culture and Entertainment department Office of the City of Campinas during 2006, e some of its relations with the sport in the school. Precisely, this work tries to understand the dimension of a specific project called Segundo Tempo, adopted for this management. I've utilized the qualitative method of investigation, through by two ways: the documental analysis – based upon laws and projects; the observational analysis – based upon visits to the places where these projects have been applied and the understanding of the politics movement of sports as well as upon interviews semi-structured with its leaders. As theoretical support, the work approaches a referring quarrel to genesis and the function of the sport in the contemporary society, beyond the reflection on the public politics and the sport inside of two different models of State. The results gotten during the inquiry had been analyzed inside of daily pay-definitive categories, e had pointed differences enter practical and the initial objectives of the project. The model of sport practiced for Segundo Tempo goes to the meeting of the interests of the sport and reflects its action in the pertaining to school space.

Keywords: Physical Education; Public Politics; Sport; School; Popular participation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APESEC	Associação dos Clubes de Campinas e Região
CONFED	Conselho Federal de Educação Física
EERMOB	Escola Estadual Professor Roque Magalhães de Oliveira Barros
EMPDZ	Escola Municipal Padre Domingos Zatti
FACESP	Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo
FADA	Fundo de Amparo ao Desporto Amador
FIEC	Fundo de Investimento do Esporte em Campinas
JEM	Jogos escolares Municipais
NAS	Núcleo de Assistência Social
OCIP	Organização Civil de Interesse Público
SMCEL	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
ST	Segundo Tempo

SUMÁRIO

1 Introdução	10
1.1 Objetivo	13
1.2 Metodologia.....	14
2 Gênese e funções do esporte	17
2.1 Corpo e poder.....	21
3 O esporte como política pública	24
3.1 Modelo Neoliberal.....	24
3.2 Modelo Participativo.....	27
4 As políticas esportivas no município de Campinas	31
4.1 Dados gerais sobre a Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer.....	31
4.2 Caracterização do Segundo Tempo.....	33
5 Considerações e contradições do Segundo Tempo	36
5.1 Processo de elaboração e aplicação.....	36
5.2 Pessoas e ações.....	38
5.3 Materialidade.....	40
5.4 Avaliação.....	41
5.5 Público envolvido.....	43
5.5.1 Sobre o núcleo Real Parque.....	43
5.5.2 Sobre o núcleo Parque Santa Bárbara.....	45
5.6 Participação cidadã.....	47
5.7 Intersetorialidade.....	52
5.8 Esporte.....	56
6 Referências Bibliográficas	62
7 Apêndice A	64

1 Introdução

A palavra política é grega: *ta politika*, vinda de pólis. Pólis é a cidade, entendida como a sociedade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis: a *isonomia* (igualdade perante a lei) e a *idegoria* (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a cidade deve ou não deve realizar). (CHAUI, 2001, p.371).

Partindo da definição da palavra política é que pretendo tecer esta discussão. Busco, através dela, entender melhor nosso papel social de agentes políticos na análise e transformação da sociedade, papel esse entendido como a capacidade de reconhecer os problemas e os fatos de maior relevância para decidir sobre nossas ações e construir nosso destino. Política pressupõe conhecimento e ação. Quem observa e apreende pode decidir sobre o meio de modo ativo e responsável.

Em minha trajetória como ser social observei a construção de um quadro em torno do termo política que corroborou, sob minha ótica, para um distanciamento do significado que o termo poderia ter. A ausência de participação me remeteu a uma impressão de neutralidade política, me colocando numa posição passiva às decisões e ações dos governos e órgãos públicos. Esta neutralidade, ora contestada pela opinião frente a assuntos polêmicos, ora confirmada pela falta de acesso à participação popular acabou por delinear um sentido de política diferente do explicitado na epígrafe acima citada.

Contribuindo para o desenvolvimento desta idéia, é possível tecer um paralelo fazendo um diálogo com o uso que é feito da palavra política. Segundo Chauí (2003) o sentido da palavra política traz consigo um paradoxo, pois está alicerçado em três significados principais inter-relacionados:

1. o significado de governo, entendido como direção e administração do poder público, sob a forma de Estado. Ao Estado confere-se autoridade para gerir o fundo público por meio de impostos, taxas e tributos, para promulgar e aplicar leis que definem os costumes políticos lícitos, os crimes, bem como os direitos e as obrigações dos membros da sociedade.

A política neste primeiro sentido refere-se, portanto, à ação dos governantes que detêm a autoridade para definir a coletividade organizada em Estado, bem como às ações da coletividade em apoio ou contrárias à autoridade governamental e mesmo a forma de Estado.

2. o significado da atividade realizada pelos especialistas – os administradores –

e profissionais – os políticos, pertencentes a um certo tipo de organização sociopolítica – os partidos, que disputam o direito de governar, ocupando cargos e postos no Estado. Neste segundo sentido a política aparece como algo distante da sociedade, uma vez que é atividade de especialistas e profissionais que se ocupam exclusivamente com o Estado e o poder. A política é feita “por eles” e não “por nós”, ainda que eles se apresentem como representantes “nossos”.

3. o significado, derivado do segundo sentido, de conduta duvidosa, não muito confiável, cheia de interesses particulares dissimulados e frequentemente contrários aos interesses gerais da sociedade e obtidos por meios ilícitos ou ilegítimos. Este terceiro significado é o mais corrente para o senso comum e resulta numa visão pejorativa da política. Esta aparece como um poder distante de nós, exercido por pessoas diferentes de nós, através de práticas sociais que beneficiam quem o exerce e prejudicam o restante da sociedade. Fala-se em política como “mal necessário”, que precisamos tolerar e sobre o qual devemos desconfiar. A desconfiança pode referir-se tanto aos atuais ocupantes dos postos e cargos, quanto a grupos e organização que lhe fazem oposição e pretendem derrubá-lo seja para ocupar os mesmo postos e cargos, seja para criar um outro Estado, através de uma revolução socioeconômica e política. (CHAUI, 2001, p. 368).

O paradoxo está na divergência entre o primeiro e o terceiro sentido da palavra política, pois o primeiro se refere a algo geral, que concerne à sociedade como um todo, definindo leis e costumes, garantindo direito e obrigações, criando espaços para contestações através da reivindicação, da resistência e da desobediência, enquanto o terceiro sentido afasta a política de nosso alcance, fazendo-a surgir como algo perverso e maléfico para a sociedade. Esta divergência é causada pelo segundo significado, aquele que reduz a política à ação de especialistas e profissionais. Portanto, torna-se imprescindível que se repense o paradoxo construído em torno da política, afim de que se possa expandir seu campo de alcance a participação.

Bracht (2003), autor da área da educação física aponta um estudo deste campo pelo viés da sociologia do esporte, entendendo que são três as alternativas de se encarar a política: podemos aderir ao nosso papel social de ser político, tentando auxiliar na construção de projetos sociais; podemos adotar uma postura alienada, ignorando todos os problemas existentes, sem envolver-nos, ou por fim, adotarmos todas as injunções e nos filiamos ao sistema para dele tirar proveito.

Hoje, estudando mais a fundo questões pertinentes ao meu campo de formação, a educação física, eu julguei mais correto trabalhar com o primeiro sentido da palavra política proposto por Chauí (2001), por tratá-la enquanto possibilidade de participação coletiva, popular. E esta é a idéia deste trabalho: a significação de nosso papel

político no tocante à formulação e implementação de políticas de esporte.

Tendo como mote inicial a política pública e o esporte, em um segundo momento a construção deste trabalho se constitui em torno das implicações da aproximação entre estes dois conceitos com a escola, com o modelo de esporte praticado a partir da função destas instituições na sociedade contemporânea.

O diálogo entre política, esporte e escola não é recente. É possível constituir uma reflexão sobre o esporte a partir de sua inserção na escola, das práticas feitas durante as aulas de educação física ou em atividades extracurriculares. No decorrer dos meus doze anos de escolarização, integralmente vivenciados no espaço da escola pública, foi recorrente a inserção do esporte na escola. Seja através das aulas da disciplina de educação física ou através das escolinhas de modalidades e competições interescolares, o esporte sempre esteve presente na minha realidade enquanto aluno de escola estadual. Além disso, sempre foram comuns as parcerias entre a escola e a prefeitura através de inúmeros projetos realizados, notadamente no campo esportivo.

A partir desta breve aproximação apresento aqui as perguntas fundamentais desta investigação, procurando colocar foco na análise das políticas públicas de esporte e nos possíveis reflexos na realidade escolar. Como ocorre a construção de uma política pública municipal de esporte? Através das diretrizes e ações da gestão, quais as implicações da prática realizada com o modelo esportivo vigente e com a dinâmica social, quais as possíveis aproximações com a escola?

É importante esclarecer aqui que a análise das políticas públicas de esporte da gestão atual, como sugere o título da pesquisa, se constituirá em torno do programa ST, adotado por esta gestão como projeto “carro chefe” da SMCEL na área do esporte.

Este trabalho corresponde ao texto final da investigação desenvolvida no decorrer deste ano. O material levantado e as discussões construídas acerca do tema renderam um conjunto de cinco sessões, que versam em um primeiro momento sobre os objetivos e a metodologia da pesquisa. A discussão teórica e algumas aproximações teóricas são feitas na fase intermediária do texto, finalizando com a análise das políticas públicas do município de Campinas em diálogo com a escola e o esporte, com ênfase no projeto ST.

Na primeira sessão, além da exposição dos elementos motivadores da pesquisa é introduzida uma primeira aproximação entre os pontos centrais da pesquisa: a política, o esporte e a escola. São ainda apresentados os objetivos e a metodologia de trabalho, com as categorias de análise em cada caminho utilizado.

Na segunda sessão, “Gênese e funções do esporte” é trabalhada a questão do surgimento do esporte moderno, o contexto social e sua expansão pelo mundo; bem como suas formas de poder sobre o corpo na sociedade e sua apropriação pelas instituições da modernidade, entre elas a escola.

Na terceira sessão, “O esporte como política pública” é feito um paralelo entre o conceito de política e a função social do esporte, através da apresentação de dois diferentes modelos de Estado tendo como categorias centrais de análise a gestão e a participação popular.

A quarta sessão, “Políticas esportivas no município de Campinas”, explicita as políticas públicas de esporte do município, suas diretrizes e propostas de ação. Além disso, apresenta a idéia do ST, suas intenções e características, partindo das propostas ministeriais.

A quinta sessão “Considerações e contradições do ST” corresponde à triangulação dos dados para a argumentação da discussão em torno do tema. A partir das categorias de análise pré-estabelecidas na metodologia são levantadas algumas teses acerca do modo de atuação do ST na cidade de Campinas, a participação do esporte e suas implicações no espaço escolar.

1.1 Objetivo

O objetivo desse trabalho é analisar como aconteceu o processo de construção da política de esporte da cidade de Campinas no ano de 2006. Através dos desdobramentos das tônicas que prevêm a democratização do esporte enquanto direito do cidadão, construir possíveis relações entre modelo de estado e função do esporte, relacionando a discussão com a instituição escolar. Mais especificamente, a pesquisa visa buscar uma compreensão das dimensões políticas de um dos principais projetos de política pública de esporte adotado pela gestão atual, o projeto ST.

1.2 Metodologia

Esta é uma pesquisa qualitativa, em que são considerados três instrumentos de pesquisa: observação, entrevista semi-estruturada e análise documental. Com isso, pretendo chegar a uma análise crítica a partir dos indícios propostos pelos dados obtidos, pois como afirma Oliveira:

[...] as pesquisas que utilizam a abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 2001, p. 117).

- Análise Documental

Uma das partes do trabalho de campo consta de visitas ao acervo documental referente aos projetos da SMCEL da cidade de Campinas, da gestão atual. A partir da leitura de documentos que considero importante tais como o projeto político de campanha, as diretrizes e princípios de gestão e as propostas concretas de trabalho na área esportiva, discorrerei sobre o modelo de Estado e a abordagem de esporte que a atual gestão se afilia.

- Análise Observacional

A observação é um instrumento de análise importante na pesquisa qualitativa, e se constitui como recurso valioso na medida em que pode ser aplicada, em diferentes perspectivas, segundo o fundamento básico do processo investigatório, problematizado nos objetivos e justificativas deste estudo. A partir da divisão levantada pela metodologia qualitativa de pesquisa em educação física, posso apontar que esta pesquisa constará de uma

[...] observação intencionada, com objetivos e parâmetros determinados, comportando como elementos tanto o sujeito (aquele que observa) até o objeto (aquilo que é observado), partindo sempre dos meios sensoriais e do marco teórico referencial do qual parte o investigador. (TRIVIÑOS, 2004, p.67).

Deste modo, a observação se concretizou partindo de um roteiro, aplicado nas visitas aos locais de execução do ST, bem como aos demais espaços de interesses da pesquisa (reuniões de dirigentes, planejamentos, conferências). O roteiro de observação se compôs dos seguintes pontos de análise

- Público envolvido – como ocorreu o recorte de classe, a quem o projeto atende, qual a intenção e os objetivos de quem participa, a escola como ponto de apoio e componente do perfil das crianças e adolescentes atendidos;

- Processo de elaboração e aplicação – quais são as forças participantes da execução do projeto, se a construção do processo é ampliada ou restrita aos gestores, como ocorre a interação do público com o projeto e níveis de estágio, correlação entre projeto, execução e contexto escolar;

- Avaliação – a importância do quadro e dos parâmetros de resultados: quem avalia (sua posição política e os interesses envolvidos), tratamento qualitativo de resultados, retorno à população, possíveis reflexões com a escola, atribuição de significados aos resultados;

- Materialidade – núcleos e locais onde são executados o projeto e relação com a realidade social do lugar: organizações comunitárias, órgãos públicos e escola; materiais utilizados, infra-estrutura e condições de acesso;

- Pessoas e ações – o quadro geral de funcionários que trabalham na execução do projeto, as intenções dos profissionais de educação física, a relação de suas ações com os objetivos gerais do projeto, as implicações políticas resultantes de suas ações, bem como a relação delas com o modelo de Estado professado pelas políticas públicas do município;

- Participação popular – a relação entre autonomia e heteronomia entre os sujeitos envolvidos no projeto, organizações comunitárias e líderes envolvidos;

- O Esporte – Concepção e valores empregados na prática, relação com o modelo de política e participação popular. Diálogo entre a instituição esportiva, o ST e a dinâmica da sociedade, possíveis ecos na realidade escolar.

• Entrevista semi-estruturada

Procurando sujeitos que estejam envolvidos com os trâmites e ações da política de esportes, as entrevistas foram aplicadas em cima de perguntas e idéias centrais, seguindo os parâmetros listados abaixo. As respostas foram abertas e conduzidas pelos interesses da pesquisa, com fim à resolução do problema levantado. Para fins de pesquisa, nomearei os entrevistados através de letras: entrevistada A (estagiária) e entrevistada B (gestora).

- Reconstituição de planejamento da política – quais os interesses envolvidos, objetivos e intenções dos grupos de gestores, diretrizes políticas e seus significados;

- Materialização das diretrizes – percepção dos gestores, investimentos e orçamento, plano de ação, divulgação e veiculação, outros projetos, os contatos com outras instituições, como a escolar;

- Intersetorialidade – relação com outras políticas setoriais: cultura, educação, saúde, etc;

- Esporte e modelo de gestão – concepção de esporte e afiliação ao modelo de gestão. Possíveis ecos na realidade escolar.

É importante deixar claro aqui que as estratégias e os instrumentos de coleta de informações utilizados na pesquisa não se esgotaram dentre os referenciados acima, porém foram devidamente alocados dentro das categorias de análise mencionadas. Aponto isso por entender que a abordagem qualitativa tem a característica de dar margens a outros caminhos dependendo do percurso dos acontecimentos, consideração de relevante importância por se tratar aqui de uma investigação empírica no campo da política.

2 Gênese e Funções do Esporte

Nos estudos de história da educação física há uma questão, que parece ser *a priori* insolúvel sobre o surgimento do esporte, visto que as diferentes construções teóricas acerca do objeto se distanciam na análise historiográfica e sociológica sobre o tema. Há autores que pregam a existência do esporte, nos moldes de sua manifestação na modernidade, desde a Grécia Antiga, não tomando como referência o esporte enquanto prática social, dotada de sentidos e intenções de um determinado momento histórico. Para uma compreensão do esporte moderno em acordo com a idéia deste trabalho, julgo mais coerente entendê-lo como objeto social de ascensão de classe, com sua gênese concomitante à Revolução Industrial do século XVIII.

A Inglaterra é considerada a pátria do esporte moderno não apenas porque os ingleses iniciaram e regulamentaram boa parte das modalidades esportivas hoje praticadas, mas também por ter introduzido uma série de inovações que mudaram a feição dos jogos e competições atléticas. “Algumas idéias introduzidas: obstáculos nas corridas (para incrementar a excitação até a linha final), a mensuração de disparidades (como nas apostas), os conceitos de esporte amador e esporte limpo, a noção de recorde esportivo” (PRONI, 1998, p.21).

Esse contexto dá ao esporte premissas básicas de sua constituição, discutidas por Proni (1998): autoridade – o modelo esportivo é legítimo, cabendo aos praticantes se submeter às regras impostas pelo sistema, justificável por seus objetivos; disciplina – o treinamento periódico e a dedicação conduzirão os atletas aos fins desejados, com promessa de glória e reconhecimento; aperfeiçoamento – o rendimento é o centro de gravidade e o motor do sistema esportivo; organização - a ordem é premissa básica para que possa ocorrer a organização da sociedade, pelo esporte; burocracia – aos moldes de um modelo de sistema hierárquico, o esporte é dotado de leis e princípios de mobilidade que antecedem o dom e o sucesso fácil; racionalidade instrumental – o esporte como mecanismo eficaz de distração das massas e meio de desviar os homens de uma participação política consciente; e concorrência – para que o modelo funcione, deve ter como objetivo designar o melhor concorrente ou registrar o melhor desempenho. Por estas características, o esporte serve como apoiador dos pressupostos básicos do capitalismo

industrial e como elo de adaptação para a vida moderna, na qual há uma ênfase exagerada na realização pessoal, na vitória pelo mérito individual. Ampliando este novo modelo de gestos técnicos, podemos afirmar que o esporte afastou-se da relação com o universo lúdico do jogo, produzindo em contrapartida novos significados para as práticas corporais.

Para continuar a discussão sobre a transformação do esporte, é interessante fazer aqui uma explanação do modo pelo qual ele foi incorporado pelas instituições da modernidade. Conforme vimos, o esporte moderno surge como uma prática de elite, que pouco a pouco foi se construindo a partir de regras e valores, além disso, sendo tomado como meio para diversas instituições atuarem sobre a dinâmica social.

Remetendo à teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu na qual a sociedade está dividida em campos: cultural - político, econômico, erudito, entre outros - é possível esclarecer a importância que o esporte adquiriu, até mesmo antes do advento da modernidade, por se tratar de uma instância do campo cultural na briga pelo poder com os demais campos. Esta tensão é que sustenta os conflitos sociais, nos quais a intenção é, antes de estabelecer a lei da legitimidade que ditará as normas da conduta social, obter o poder sobre outro campo. Bourdieu (1998) interessa-se principalmente pela relação entre cultura, dominação e desigualdades sociais. Sob seu olhar a cultura não é uma esfera inocente e sim, um importante meio para a reprodução da estrutura de classes. O esporte moderno surge neste sentido, ao lado da luta de campos, aludindo a uma luta simbólica de classes, a qual irá se estabelecer sob valores corretos, padrões legítimos, práticas esportivas próprias, sobre os estilos de vida distintos de classe.

No desenvolvimento de seus estudos, Bourdieu cria ainda o conceito de *habitus*, tratando-o como um sistema de disposições que atuam no cotidiano como esquemas de pensamento, percepção, avaliação e julgamento, fazendo a mediação entre estrutura e práxis. Pelo *habitus*, cria-se o gosto por determinados estilos de classe, que ditarão maneiras sociais de porta-se esportivamente pela garantia do status e do sucesso.

Por este mecanismo, fica mais claro entender porque o esporte é uma instância tão visada por algumas instituições, pois permite às classes privilegiadas manter o capital político, através da promoção e controle da indústria esportiva ou estatal, segundo as funções e características do esporte. Seus agentes culturais se manifestam de acordo com uma posição de poder, pois podem transformar o capital social obtido na administração

esportiva em poder político, atuando na dinâmica de outros setores sociais com fim a dominar outros campos no conflito entre classes.

As instituições sociais, como a escola e o Estado, por exemplo, têm a função de agenciar os interesses sociais na tensão entre a dinâmica das forças no conflito social. Organizando seus interesses de modo objetivo e eficaz, cada instituição defende seus interesses e almeja a vitória nesta relação.

Neste ponto se torna interessante pensar na escola enquanto uma instituição social fundamental para a existência do esporte. Se considerarmos a escola enquanto uma instituição formadora do sujeito (visto que é o modelo consagrado para o processo “regular” de aprendizagem dos indivíduos em nossa sociedade), é possível atribuir a ela um papel central na dinâmica das forças sociais, visto que ela tem por função posicionar os sujeitos, atribuir e projetar a cada um deles um papel a ser desempenhado. Talvez seja a escola a instituição com maior capacidade de diálogo com a sociedade civil, pelo contato direto na formação dos alunos, pela inserção direta na comunidade, pela escolha do conteúdo e das verdades a serem construídas.

Ampliando esta discussão, torna-se importante para uma análise do diálogo entre a instituição e esporte identificar qual o tipo de relação que a instituição estabelece com a sociedade civil, o modo como ambos participam na construção de seus interesses e ações. No objeto deste estudo, analisaremos a relação do Estado com a sociedade civil, nos aspectos de participação e modelo de gestão e as possíveis aproximações da política proveniente desta ação com a escola.

Ao narrar a tomada do esporte pelas instituições na modernidade, Bracht (2003) sugere que nesta relação ocorre um entrecruzamento de instâncias de interesses de uma dada formação social, onde se encontram vários níveis: econômico, político, ideológico, cultural. Estes níveis variam em sua dominação, de acordo com as diferentes vertentes que o esporte assumiu nesta trajetória: esporte profissional (prevalcimento do nível econômico) e esporte escolar/participativo (prevalcimento do nível pedagógico), por exemplo, é que irá se constituir a característica e a função da prática esportiva.

É recorrente nos planos de governo e diretrizes políticas na área do esporte a adjetivação do esporte segundo as vertentes a que eles se dirigem: na SMCEL da cidade

de Campinas ele recebe duas alcunhas diferentes: esporte semiprofissional e esporte sócio-educacional. Estas duas instâncias em paralelo com a pequena tese levantada acima refletem interesses diferentes, que muitas vezes se mesclam na materialização dos projetos e ações. Isso porque é impossível conceber uma prática fora da outra, na mesma direção que não é possível refletir sob o foco de uma sociedade fragmentada, analisada em blocos. A tensão das forças é constante, atende a uma direção que é pré-estabelecida por interesses comuns, dentro da individualidade de cada um. A lei da legitimidade, que perpassa os campos apontados por Bourdieu (1998), em direção ao poder trata de unir estas diferentes instâncias. Por este caminho, fica evidente que a simbiose entre diferentes instituições dentro de um mesmo projeto é possível, principalmente tomando como tema central o esporte, fator de comunhão social em todo o mundo.

A escola, como precursora do chamado esporte pedagógico ou esporte sócio-educacional, tem participação decisiva no modelo de esporte praticado pelo ST, mesmo não sendo foco central de ação do projeto. A prefeitura municipal de Campinas mostra algumas evidências desta relação, conforme será explicitado posteriormente na discussão dos dados da investigação, de modo que mesmo posicionados em coordenações diferentes, o esporte semiprofissional e o esporte sócio-educacional atuam em última instância segundo alguns objetivos comuns da instituição esportiva.

Num período logo posterior à sua gênese, o esporte moderno já foi incorporado como prática nas escolas das elites inglesas. Um passo importante na institucionalização do esporte foi a criação de clubes esportivos para aqueles que queriam continuar a praticar esportes depois da vida escolar e universitária. Esse processo de expansão da prática esportiva se desenvolveu num contexto maior de secularização e racionalização da sociedade moderna, seguindo a expansão da indústria. A burocratização e a organização formal crescem, principalmente no século XIX, quando surgem na Inglaterra organizações que congregam grupos de clubes, as federações, promovendo competições de nível regional e nacional. Novas práticas corporais são esportivizadas, e logo se aproveita a possibilidade de explorar comercialmente os eventos esportivos, surgindo o profissionalismo. Estavam assim, constituídas as primeiras apropriações do esporte moderno.

Pela ação das instituições, os hábitos foram estabilizados, possibilitando

que a motivação (enquanto agente propulsor das ações humanas) passasse a ser fixada em objetos do meio circundante exterior, que por sua vez serviram de pontos de apoio para as decisões, fornecendo um comportamento com garantia de durabilidade, de fim útil.

Uma instituição serve como um propulsor de uma ação unilateral estabilizada traz o homem para uma forma específica e não para quaisquer formas de ação. Na instituição esportiva isso não é diferente: ela fornece uma forma de satisfazer necessidades ligadas ao movimento. O esporte fornece uma fórmula de contingência que reduz a complexidade do meio-ambiente em termos de possibilidade de oferta de movimento (BRACHT, 2003, p. 93).

Assim, remontando às idéias de Bourdieu (1998), é possível dizer que a lógica do campo cultural do esporte opera de tal forma que reproduz, de forma inevitável, as relações sociais dominantes. Isto nos leva a entender que o esporte não pode ser, em sentido nenhum autônomo. Deve sim, ser avaliado em sua função e atuação social, através dos discursos das instituições que o incorporaram e que hoje o legitimam.

2.1 Corpo e poder

Conforme se tem apresentado o esporte, sua funcionalidade e a necessidade de veiculá-lo como prática da sociedade moderna torna-se inevitável considerá-lo como forma de educação, além do princípio primeiro de travar relações entre classes. A guisa de um Estado, e das ditas forças dominantes envolvidas, também podemos elencar uma outra lista de funções referentes à sua função utilitária e interesseira. É possível tomá-lo, como indica Proni (1998) como aglutinador social e fenômeno de massa. Para além dessas considerações, esta revisão bibliográfica tem como objetivo mostrar o esporte como meio de poder, como possibilidade de docilizar corpos e disciplinar os gestos em prol de uma intenção política, e de um interesse social – quase sempre representando o pensamento hegemônico e dominante.

Elias e Dunning (1992), em seus estudos sobre a gênese do esporte diz que ocorre na dinâmica das sociedades uma evolução que caminha de acordo com a organização social e o controle dos meios de violência específicos dos Estados-Nação, ou seja: as classes sociais são estabelecidas e controladas por mecanismos de repressão do

Estado, as instituições e normas, que indicam regras de conduta e padrões a serem seguidos. Essas formas de dominação agem também sobre os corpos; os padrões de como se movimentar e as atividades físicas a serem praticadas são impostas por instituições, como a escola, a mídia, a família e o Estado através de seus discursos sobre o corpo: idolatrado, moralizado e patriota. Cada gesto só ocorre, pois encontra possibilidade de ser executado sem que haja repreensão destas organizações. Por estarmos dentro desse embate de forças, e ideologicamente comprometidos com elas, avaliamos as transgressões e os gestos não esperados de maneira automática, partindo dos padrões escolhidos por quem os dita. Esse mecanismo tem como função garantir uma posição de poder através da idéia de possibilitar a gama de gestos que devem circular em determinado meio social, com o propósito de “proteger e fortalecer as nossas defesas, sob uma grande variedade de formas, contra pequenas faltas” (ELIAS, DUNNING, 1992, p.197).

Se analisarmos a função do esporte como meio de construção dos papéis sociais, podemos perceber que ele sempre assumiu uma função de formador de caráter, da moralidade, a partir de uma consciência constituída, entre outras, pelas leis do Estado. A imagem do *esportivo* não raramente assume um papel social de status a ser alcançado e de modelo a ser seguido. Basta pensarmos nos *gentlemen* ingleses, praticantes de *cricket* e de remo, até os ícones do esporte atual: o empresário, empreendedor e ex-atleta de natação Gustavo Borges e o fenômeno do futebol, Ronaldinho – jogador de sucesso no mundo todo. Trata-se de estereótipos criados pelas forças circulantes nos mecanismos políticos e imaginários de cada época, temperados por pressões sociais conflituosas que operam decisivamente da projeção do futuro de várias crianças e adolescentes no espaço escolar, na praça pública de esporte, na brincadeira de rua.

Bracht (2003) entende o esporte como uma instituição que funciona de maneira semelhante ao modelo pensado por Elias e Dunning (1992). Fala de uma adaptação do comportamento das pessoas às normas emanadas da instituição esportiva como algo natural, não passível de questionamento, instituição que carrega em si a questão do poder coercitivo, como forma de satisfação de determinadas necessidades.

A autonomização de estruturas de hábitos transforma tipos específicos de comportamento em modelos socialmente sancionados, que aliviam o indivíduo da sobrecarga imposta pela multiplicidade de estímulos, impressões e decisões inerentes a uma existência aberta para o mundo (BRACHT, 1992, p. 99).

Auxiliando nesta discussão, Proni (1998) propõe que haja uma expansão do entendimento do conceito de esporte para que possamos transpor a barreira do senso comum, de praticantes e apreciadores passivos deste fenômeno social, a fim de alcançar uma abordagem crítica desta prática. Para isso, devemos considerar, entre outras forças sociais, a participação de instituições privadas, e os meios de comunicação de massa como elementos centrais para a existência da instituição esportiva e para sua participação na construção social, atuando em diversos níveis: escola, mercado, equipamentos públicos de lazer e esportes, entre outros.

As políticas públicas têm o papel de participante direta na direção que as forças disciplinadoras incidirão sobre os corpos, ao lançarem mão de projetos de ação para a racionalização e institucionalização das práticas corporais majoritariamente pelo viés do esporte. Silenciando ou possibilitando canais de circulação de padrões motores e de cultura corporal, apontando como devemos nos movimentar, e a que modelo de corpo nós devemos nos espelhar pela idéia do modelo esportivo.

3 O esporte como Política Pública

“O esporte moderno vem aos poucos absorvendo traços de seriedade do mundo dos negócios e da política, e perdendo suas qualidades mais lúdicas” (PRONI, 1998 p.19). Essa citação nos empresta a idéia da metamorfose das práticas corporais pelo esporte, e deste pela rede de interesses – no sentido deteriorado, reduzido a jogo de negócios - no processo de transformação das sociedades. Para entender o esporte enquanto possibilidade de política pública foi preciso percorrer os sentidos de suas funções, para que pudesse haver uma compreensão mais concreta das aplicações desta prática na dinâmica social atual, já que – conforme indica o objeto deste estudo – o esporte é diretamente utilizado como forma de política pública, ou seja, tem o papel direto de interferência no meio social.

O texto caminha agora para uma análise das abordagens políticas a que o esporte já foi veiculado, com alguns exemplos concretos entre correntes políticas e modelo de Estado. Partindo de duas teorias de Estado a princípio antagônicas, a idéia será perceber a identificação do esporte em cada um destes modelos, além do modo como é estabelecida a participação popular.

3.1 Modelo Neoliberal

As raízes da corrente neoliberal encontram-se na teoria do Estado formulada a partir do século XVIII, expressando o ideário do liberalismo clássico então emergente. Esta teoria sofreu adaptações, à medida que o avanço do capitalismo delineou a estrutura de classes com maior nitidez, trazendo-a para o centro da vida econômica e política. O Estado liberal burguês se legitima passando a igualdade pelo alargamento dos direitos políticos dos cidadãos, criando um meio de garantir a participação no poder e o seu controle, fundamentado e organizado na forma de uma democracia. É por meio dessa democracia que o esporte surge como modelo eficaz de prática. Através do livre intercâmbio de idéias e da liberdade jurídica dos indivíduos, é possível que aconteça a

funcionalidade democrática da instituição esportiva: ela reduz a distância entre classes, multiplica os contatos entre os indivíduos, promete mobilidade social e aboli as discriminações sociais. As ideologias democráticas, construídas sob os pilares dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade formaram a essência do esporte, pois possibilitaram que as estruturas de classe e os mecanismos de dominação permanecessem velados.

Com base na economia política clássica, surge ainda a concepção de “democracia utilitarista”, postulando a neutralidade do Estado. A concepção de democracia utilitarista concebe a condução da atividade econômica pelo mercado como uma condição apropriada à maximização do bem estar. Os fundamentos da liberdade e do individualismo justificam o mercado como regulador e distribuidor da riqueza e da renda, compreendendo-se que, na medida em que potencializa as habilidades e a competitividade individuais, possibilita a busca ilimitada do ganho. Para que o sistema esportivo funcione, basta apenas que haja um Estado que o adote, visto que já traz em si os mesmos princípios de funcionamento do Estado neoliberal.

Este modelo estatal dita princípios de construção de políticas esportivas nacionais que estabilizam o conflito de classes, fugindo da realidade concreta da dinâmica social. Prevendo o esporte como produto de um Estado mínimo na construção de políticas sociais, o governo se volta para o quadro do alto rendimento e performance, objetivos cujas atividades propiciam mais a regulação do mercado pelas parcerias pré-estabelecidas (financiamentos de atletas, relação clube-empresa, etc), proporcionando políticas sociais pragmáticas, geralmente em áreas e realidades de extrema instabilidade social, a fim de coibir possíveis movimentos sociais.

Um exemplo do tipo de atuação política voltada para o mercado ocorreu no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), na gestão do ministro dos esportes Edson Arantes do Nascimento. O então ministro criou a “Lei do Desporto Nacional” – 9615, de 24/03/1998, que ficou conhecida posteriormente como a “Lei Pelé”. Caracterizava-se pela retirada dos entraves forjados pelo Estado, que impediam a integração do esporte ao mercado nacional e internacional. Buscando reproduzir o modelo de organização esportiva da Europa e dos Estados Unidos, a lei obriga todos os clubes brasileiros a se transformarem em empresa, funcionando conforme a lógica do mercado. A “Lei Pelé” cumpriu o papel central de criar condições para a expansão do capital privado,

fazendo parte de uma série de medidas implementadas pelo governo FHC, no sentido de estimular o crescimento do mercado privado. Criaram-se condições para o desenvolvimento do chamado sistema esportivo/esporte espetáculo, que incrementou a partir daí uma infinidade de outros mercados. Esta situação nos remete a um modelo de Estado onde são privilegiadas classes bem posicionadas no cenário mercantil: os grandes clubes, os órgãos administrativos, empresas de marketing, entre outros.

“Menos Estado e mais mercado” é a máxima que sintetiza as diretrizes do Estado neoliberal, que tem como princípio chave à noção da liberdade individual, tal como concebida pelo liberalismo clássico. Defensores do Estado mínimo, os neoliberais creditam ao mercado a capacidade de regulação do capital e do trabalho e consideram as políticas públicas as principais responsáveis pela crise que perpassam as sociedades. A intervenção estatal estaria afetando o equilíbrio da ordem, tanto no plano econômico quanto no plano social e moral, na medida em que tende a desrespeitar os princípios da liberdade e da individualidade. É comum a prática de formação de monopólios e da prática do corporativismo, nos mais distintos setores da vida social. No caso das políticas de esporte, é esta a idéia norteadora da formação do CONFEF - criado pela Lei Federal 9696/98, órgão dito representativo de interesses da área, que tem por objetivo principal regulamentar o nosso campo de atuação, corroborando para uma prática corporativista interesseira, de reserva de mercado.

Em relação às atividades econômicas, a intervenção estatal tem o papel de igualar artificialmente as condições de concorrência e de competitividade, ameaçando os estímulos individuais necessários à produção e a competição numa sociedade livre. No que diz respeito às práticas sociais, a referência básica é o livre mercado. Os programas e as várias formas de proteção destinada aos trabalhadores, aos excluídos do mercado e aos pobres são vistos pelos neoliberais como fatores que coíbem a livre iniciativa e a individualidade. As vastas ofertas de projetos de cunho social acabam por causar o inchamento da máquina governamental, visto que geram a necessidade de maiores receitas, as quais serão supridas com o aumento da carga de atributos e dos encargos sociais para todos os indivíduos.

Como modelo de Estado que norteou a formação política do brasileiro nos últimos anos, o neoliberalismo criou um abismo entre o Estado e a participação popular.

O povo brasileiro aprendeu a votar em pessoas, não em projetos. Como vota em pessoas, não conhece a plataforma política dos partidos ao qual elas pertencem, não acompanha seus atos legislativos ou executivos, conseqüentemente não exige prestação de contas das verbas públicas, dos programas de governo, dos rumos de sua comunidade, cidade, Estado ou nação. Quando recorre ao poder público, geralmente o faz buscando benefícios para si. Reclama dos governantes, das obras públicas, das vias, das escolas, dos salários. Entretanto, muitas vezes quando tem a oportunidade de opinar, fiscalizar e co-administrar, não o faz porque não se acha em condições ou porque não tem interesse. (AMARAL, 2003, p. 89).

Aqui é possível atrelar a herança dessa época àquele terceiro conceito de política proposto por Chauí (2003). Ou seja, pensá-lo como uma prática não muito confiável, cheia de interesses particulares dissimulados e freqüentemente contrários às vontades gerais da sociedade; adjetivos que por si só já excluem quaisquer sentidos de participação e intervenção popular. A chamada representatividade tornou-se neste modelo de Estado apenas um cumprimento relativo da democracia. As decisões não se adequam à realidade social, pois quem as toma procura evitar qualquer tipo de contato com aqueles que serão atingidos por ela.

3.2 Modelo Participativo

Primeiramente, faz-se importante delinear o sentido do termo participação em vias de modelos governamentais democráticos atuais, a fim de tentar esboçar melhor o que se espera quando tratamos de um modelo de Estado participativo para a construção e atuação de políticas de esporte.

Remontando à década de 1980, quando o cenário político era marcado pelo período de transição democrática, a relação entre o Estado e a sociedade civil foi se transformando. Nesta época ganha força a idéia de estabilidade do poder, pela busca de um novo apoio político e social. Este novo alicerce foi construído, lenta e gradualmente, pelo governo Geisel sob a idéia da teoria da distensão: alargando-se os espaços de participação, foi possível criar novos meios de integrar certos setores da oposição no interior da vida política, com a finalidade de diminuir a pressão exercida por estas partes sobre a sociedade

brasileira. Estas propostas participativas mostravam com clareza a idéia de que o governo era quem controlava todo o processo, enquanto à população cabia apenas “participar” da execução dos programas governamentais. “Em consequência dessa prática foi formado um esvaziamento em torno do conceito de participação, que até então possuía um poder latente, de contestação crítica do governo”. (GANZELI, 1993 p. 90). Num modelo de Estado participativo, há grande apelo à idéia de autonomia, entendida por Chauí (2003) como capacidade interna para dar-se a si mesmo sua própria lei ou regra e, nessa posição de lei - regra, pôr a si mesmo como sujeito. Nos espaços de debate e construção política a autonomia é, de certo modo, uma representação da posição de sujeitos (sociais, éticos, políticos) pela ação efetuada dos próprios sujeitos enquanto criadores das leis e regras da existência social. Por este caminho, num Estado participativo os sujeitos deveriam superar uma ética e uma política pautada na delegação até chegar à autonomia.

Neste processo, as práticas esportivas assumiram a função de colocar os sujeitos numa posição inerte com relação às ações do Estado. Pela individuação, a participação popular foi reduzida a uma caminhada solitária e mesquinha rumo ao sucesso. Os princípios do treinamento e do rendimento físico atestam que é preciso força e determinação para vencer a cada dia as barreiras para se atingir bons resultados. Como reflexo da funcionalidade desta idéia, os movimentos e gestos são padronizados, as práticas físicas são esportivizadas e os sujeitos políticos se convergem na figura dos “atletas” na busca pela vitória, denunciando um Estado em fuga da participação.

Um modelo de Estado participativo entende a intervenção popular como intrinsecamente ligada à construção de ações para o esporte em um modelo de gestão municipal, discutida e definida enquanto políticas públicas. Neste processo, além de considerar a possibilidade da intervenção do Estado na sociedade civil, precisamos considerar também a atuação da sociedade civil sobre o Estado. Desse modo, tem-se a chance do controle pela soberania popular, miscigenando a forma de democracia com base na representatividade e com a emergência da democracia participativa.

Este sentido de participação deve estar vinculado diretamente ao conceito de cidadania, não tratado apenas no sentido de conjunto de direitos e deveres do indivíduo, mas como sensação de pertencer a uma comunidade, de participar de valores comuns, de uma história comum, de experiências comuns e, em última instância, de interesses comuns

de transformação.

Depois de definidas as bases e os conceitos de autonomia, participação e cidadania pode-se delinear algumas formas efetivas de ação de um modelo de Estado no campo das políticas públicas. De modo geral, há algumas estruturas de participação, como os conselhos e fóruns. Estes espaços se constituem em instâncias importantes para a atuação popular, pois se apresentam como possibilidades para o debate sobre a cidade, a saúde, a educação, o esporte; onde os temas têm geralmente discussão permanente, aperfeiçoável a cada momento e capazes de estimular melhores visões conservadoras habituais de desenvolvimento.

Com relação às medidas municipais de governo popular, no caso das estruturas participativas na cidade de Campinas (não me remetendo aqui a um pré – julgamento de modelo de gestão), Ganzeli (1993) levanta pontos sobre a Lei Orgânica do município, que em seu capítulo III e artigo 89, versam sobre os canais de participação direta da população, estabelecendo as seguintes instâncias:

- I- Plebiscito
- II- Referendo
- III- Iniciativa popular no processo legislativo
- IV- Cooperação das associações representativas e de representantes de diversos seguimentos da população nos conselhos municipais
- V- Cooperação das associações representativas no planejamento municipal
- VI- Ação finalizadora sobre os poderes públicos municipais (GANZELI, 1993, p. 96).

Certamente, este não é um modelo linear de atuação, nem é restrito ao que se pode entender por cada ponto desenvolvido na lei, é espaço para a abertura a ação popular, e não passos a serem seguidos. Além disso, é perpassado pelas intenções de cada cidadão que participa e constrói a realidade social do município. Estas idéias nos dão a abertura necessária para entendermos a participação popular como meio para mobilizar, organizar e conscientizar a comunidade. Neste sentido, esta pesquisa se justifica quando pressupõe o estudo dos fatores que influenciam a formação de estruturas participativas no trato com o esporte, enquanto política pública.

Conforme indico no início desta sessão, os modelos de Estado acima apresentados parecem ser, *a priori*, antagônicos. Porém, nos estudos de caso de políticas públicas deve-se considerar que possivelmente o modelo de Estado praticado não

corresponde ao modelo idealizado. Isto porque as tensões nas mais diversas áreas da dinâmica social geram contradições dentro do processo, materializando no modelo de Estado real uma distância do modelo de Estado ideal. Este motivo relativiza a contraposição observada na construção teórica do modelo de Estado Neoliberal e Participativo, justificando possíveis contradições que por ventura possam ser observadas durante a análise de políticas públicas.

4 As Políticas Esportivas no Município de Campinas

4.1 Dados gerais sobre a Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer

O norte geral da gestão da SMCEL obedece a uma mudança de conceitos que começou a ser processada na primeira metade do ano de 2005. Acompanhando a adequação de diretrizes desse quadro, foi feita uma revisão dos projetos de legislação na área de esporte, culminando com a aprovação de um novo modelo de lei, estabelecendo normas referentes a orçamentos, instâncias participativas e frentes de trabalho.

Desde o início da gestão, em janeiro de 2005, não aconteceram projetos concretos, em uníssono com as diretrizes políticas da gestão. Formaram-se grupos de trabalho que agiram isoladamente: cada frente de trabalho guiava um grupo, sem estabelecer um diálogo comum com os demais projetos.

Algumas medidas foram tomadas pela SMCEL para uma tentativa de alavancar o esporte em Campinas. Exemplo disso foi a contratação do jogador de vôlei Maurício, com o objetivo de captar recursos e estabelecer relações políticas com órgãos de interesse da área.

Como frentes de trabalho em andamento, a SMCEL promove atualmente alguns projetos, como o projeto Férias e o projeto Verão no período de férias. São oferecidas duas semanas de esporte e lazer para a população, em áreas específicas, de acordo com a subdivisão regional da cidade; o projeto ST – que será enfocado mais adiante; além de mais de cinquenta grupos de terceira idade. Há ainda o projeto Esporte Social, que sofreu uma pausa no início do ano de 2006 por problemas na contratação de estagiários e corre o risco de ser cancelado por questões burocráticas das políticas orçamentárias do setor esportivo do município.

A divulgação dos eventos acontece, além dos recursos da internet, por meio de um informativo cultural mensal da SMCEL, denominado “Ver e Ouvir”. Neste caderno, são levadas ao público, informações sobre programação cultural, promoção de espetáculos e apresentações em geral, eventos esportivos, localização e endereço dos

equipamentos de lazer da cidade.

Um projeto em evidência é a transformação das praças públicas municipais em administração conjunta com os clubes. A idéia é que a partir das diretrizes da gestão, haja um programa de atividades a serem desenvolvidas por uma co-gestão compartilhada entre OCIP, prefeitura e empresas. A parceria acontecerá primeiro com a APESEC, que terá isenção de IPTU para o custeio da reforma das praças. Duas praças farão parte do projeto piloto nesta primeira fase de testes: a Praça João do Pulo e a Praça XXXI de março. A idéia geral é que haja um convênio com empresas e universidades, com retorno publicitário. Para que sejam contornados os problemas com a lei de responsabilidade fiscal, criou-se uma relação de simbiose com as OCIP's. O projeto de reforma de praça será vinculado a uma OCIP, responsável pela contratação dos serviços. Haverá ainda um termo de convênio, em caráter de gestão compartilhada na qual os professores atuaram junto aos gestores, para fiscalizar e gerenciar os projetos. As atividades acontecerão em tempo integral, com atividades da área de esportes, cultura, inclusão digital e lazer.

Com relação ao organograma e frentes de trabalho, atualmente funcionam na Secretaria quatro coordenações: coordenação de esporte semiprofissional, coordenação de esporte lazer, coordenação de esporte sócio-educacional (terceira idade, iniciação, portadores de necessidades especiais) e coordenação de manutenção do espaço físico. Existe, além dos cargos da Secretaria, um Conselho Municipal de Esportes que rege o FIEC – Fundo de Investimento para o Esporte em Campinas e o FADA - Fundo de Amparo ao Desporto Amador -, oriundo das arrecadações em eventos esportivos promovidos pela SMCEL e remetidos ao custeio de atividades do esporte amador. Com a elaboração do novo caderno de Leis para a área, foi criado um Fórum Permanente de Esportes, que tem por objetivo garantir a participação da população civil junto às decisões das políticas. Acontecem reuniões ordinárias uma vez por mês, na qual participam tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas, com voto apenas para as segundas. No primeiro semestre de 2006, o fórum tinha em caixa um milhão e trezentos mil reais para a execução de projetos elaborados pela sociedade civil na área do esporte. Neste estudo darei atenção especial ao detalhamento do ST, o objeto de análise da pesquisa.

4.2 Caracterização do Segundo Tempo

O programa ST é uma iniciativa do Ministério do Esporte em parceria com o Ministério da Educação, com o fim de democratizar o acesso à prática esportiva de crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas de todo o Brasil. Através da oferta de atividades esportivas no contra-turno escolar, o projeto pretende colaborar com a inclusão social, bem-estar físico, promoção de saúde e desenvolvimento intelectual das crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Pelo objetivo geral de democratizar o acesso à prática e a cultura do esporte como instrumento educacional, conforme indicam os inúmeros materiais veiculados pelo Ministério do Esporte, o programa funciona de acordo com alguns princípios que norteiam as suas ações.

Estes são apresentados através de alguns pontos, como o saber coletivo (co-educação), a capacidade de organização grupal (cooperação), a reflexão crítica (emancipação); o posicionamento do educando como sujeito (totalidade) o educando como agente de sua aprendizagem (participação), e a crítica da realidade na qual está inserido (conscientização). Todos os princípios são construídos com base na pedagogia inclusiva, levando em conta as diferenças e as potencialidades de cada participante. (CAMPINAS, 2005, p. 14-15).

Como podemos perceber nos apontamentos descritos acima, a relação entre esporte e educação é visivelmente trabalhada pelas diretrizes do projeto. Os princípios pressupõem as posições de educando e educador, no processo de aprendizagem. Esta relação biunívoca entre esporte e escola não foi devidamente sustentada pelas discussões entre a SMCEL e a Secretaria de Educação municipal-, conforme discutirei posteriormente. Além disso, atrevo-me a dizer que este quadro ganhou dimensões nacionais uma vez que o ST foi um projeto criado para ser servir de padrão ao país todo. Esta inclusive pode ser uma das hipóteses do fracasso do projeto em vários núcleos do projeto em Campinas: os municípios adotam políticas públicas ministeriais que muitas vezes não condizem com a realidade social encontrada, com os reais interesses da população local. Nestes casos, é construída a idéia de uma democracia alicerçada pelo decreto, e não pela participação popular.

Partindo da idéia inicial do ST é que a prefeitura municipal de Campinas incorporou o projeto entre suas políticas públicas, a fim de consolidar o uso do ambiente escolar e dos centros comunitários como núcleos da prática esportiva e de lazer, além da possibilidade de ampliação de novos espaços conquistados pela própria comunidade, através da sua identificação com a proposta.

De acordo com a idéia inicial, as atividades ocorreriam em 75 núcleos esportivos do município, distribuídos em 43 pontos da cidade. Alguns desses núcleos seriam agregados às praças de esportes municipais. Porém, a maioria deles funcionaria em regiões com pouco ou nenhum equipamento público, prevendo uma expectativa de que seriam atendidas pelo menos 7.5 mil crianças e adolescentes. Na prática, hoje estão ativos apenas 36 dos 75 núcleos previstos no projeto escrito, com número reduzido de participantes em relação ao cogitado inicialmente.

Outra característica do ST é a possibilidade de formação de parcerias com outros órgãos, inclusive privados. No caso de Campinas, além dos investimentos do Ministério do Esporte, os núcleos são mantidos com recursos da FACESP e da prefeitura municipal. Conforme descrito pelo Ministério do Esporte, o tempo de permanência do projeto pode girar em torno de 10 até 12 meses, dependendo da existência de atividades no período de férias. Em Campinas, o programa teve início alguns meses depois do previsto (em março) o que irá reduzir o tempo total de realização do programa para 10 meses.

Com relação à funcionalidade do projeto, as atividades caracterizam-se pelo acesso a diferentes modalidades esportivas, principalmente àquelas específicas, reconhecidas mundialmente: o basquete, o voleibol, o futebol (com suas variações) e o handebol, além de modalidades individuais como o tênis e o atletismo (saltos, lançamentos e corridas). As aulas ocorrem tanto em espaços físicos escolares como em espaços físicos não escolares, dependendo do local de implantação, acontecem três vezes por semana com aulas de 60 a 90 minutos. Como público alvo, o projeto visa atingir crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas, dando prioridade para a atuação em áreas de risco social. É aconselhada a divisão das turmas por sexo e faixa etária, de acordo com a seguinte orientação: 07 a 10 anos, 11 a 14 anos, 15 a 18 anos.

Na parte de recursos humanos, o projeto do Ministério do Esporte envolve três categorias: coordenadores gerais (gestores) e coordenadores de núcleo (docentes) - que

podem ter formação em educação física ou educação; além de monitores (estagiários), alunos de graduação em educação física. Em Campinas a medida encontrada para a contratação de profissionais para o projeto foi uma seleção por concurso público para os estagiários, com vigência de um ano em trabalhos com o ST e atividades em praças públicas da cidade. Os gestores são funcionários públicos contratados pela prefeitura.

Oriundos das diretrizes gerais de democratização, a implantação do projeto aponta para os gestores e executores alguns princípios metodológicos que são apontados pela expectativa do programa: respeitar a individualidade do aluno, bem como os aspectos gerais do processo de desenvolvimento e da aprendizagem; buscar o equilíbrio entre as ações individuais e coletivas, cooperativas e competitivas; oportunizar a aproximação do pensamento e ações por meio da prática de jogos; possibilitar vivências de modo que todos os participantes sejam capazes de aprender e praticar esportes sem pré-requisitos técnicos, estabelecer estratégia de construção política a partir do engajamento do poder público, da ampliação de parceiros e espaços, constituindo e atuando em rede, assegurando diversidade, sustentabilidade e complementaridade dos serviços.

5 Considerações e Contradições do Segundo Tempo

Nesta parte do trabalho me proponho a tecer um diálogo entre os dados coletados durante a pesquisa de campo, buscando triangular as informações obtidas durante as observações, entrevistas e análise documental.

Esclareço aqui que ocorreu uma pequena alteração com relação à escolha de categorias analisadas, conforme consta na proposta inicial de metodologia deste trabalho. Isso porque o estudo piloto previsto inicialmente, remetendo à sua característica central de não ser estanque, precisou ser repensado de modo a atender as necessidades e especificidades para uma análise dialética dos dados e do objeto de estudo. Deste modo, sistematizarei os dados coletados na pesquisa documental, entrevistas e observação em sete categorias, entendendo-as como foco de olhar sobre a realidade. Alocados dentro de discussões a respeito do processo de elaboração e aplicação, pessoas e ações, materialidade, avaliação, participação popular, público envolvido, intersetorialidade e esporte; os dados terão por função traduzir no estudo a realidade investigada, dentro de uma tomada de posição própria acerca dos elementos postos em jogo na trama da política municipal.

5.1 Processo de elaboração e aplicação

Sobre as diretrizes municipais de políticas esportivas

Entendemos que o Esporte e o Lazer ocupam papel de fundamental importância para os seres humanos. Sabe-se que o Esporte e o Lazer são fundamentais para a manutenção e preservação da saúde física e mental dos indivíduos, mas não devemos esquecer o papel fundamental que estes aspectos da existência humana representam para a inclusão social. (CAMPINAS, 2005, p. 2).

Este é o texto da epígrafe que abre o caderno de políticas de esporte da prefeitura de Campinas, assinado pelo prefeito municipal, pelo secretário de esporte, cultura e lazer e pela diretora de esportes da gestão. Julgo que este documento é de fundamental importância para o entendimento das diretrizes municipais de esporte, visto que congrega

em um conjunto de 66 artigos, distribuídos em três leis, toda a discussão atual em âmbito municipal acerca dos modelos de esporte a serem apoiados pela iniciativa pública, de modo a buscar um equilíbrio entre esporte-participação, ou esporte social, esporte profissional e lazer.

Através deste caderno, a atual administração entende que é obrigação do poder público criar condições para que o esporte se desenvolva. Nesse sentido, apontam a criação do Fundo de Investimento do Esporte em Campinas, o FIEC, mediante a lei nº. 12352, de 10/09/05, o qual atesta a importância que a municipalidade atribui ao esporte e lazer.

Nas entrevistas realizadas, os gestores municipais de esporte reiteraram a missão da prefeitura como órgão de atendimento à população, tendo como função básica fomentar o esporte e oportunizar o acesso. A partir disso, é possível notar certa concentração de forças da prefeitura em atender os diferentes grupos e demandas. Com seus projetos, a Coordenação de Esporte sócio-educacional visa beneficiar diferentes públicos: para os deficientes físicos existe o projeto Esporte Sem Limites, há vários grupos de hidroginástica, práticas orientais e práticas corporais variadas para os idosos e adultos. Para as crianças e adolescentes, além do ST existem projetos de ocorrência sazonal, como por exemplo, o Projeto Férias, o JEM, etc.

No tocante à aplicação do ST, o processo foi marcado desde o início por problemas de comunicação entre os gestores e falhas na execução e administração do projeto. Num momento posterior ao processo de seleção dos estagiários começaram a funcionar as obrigações burocráticas de cada um: a coordenadora do projeto pediu um planejamento dos seis primeiros meses de trabalho. O primeiro contato com o núcleo aconteceu no mês de março de 2006, na avaliação dos estagiários entrevistados sem o devido apoio da prefeitura. “Nos apresentaram aos agentes comunitários e a partir de então começamos a atuar junto ao núcleo” (estagiária A).

As atividades se normalizaram depois de algum tempo, e o trabalho junto aos núcleos começou a tomar forma. As dúvidas e apresentações de relatórios de trabalho eram levadas para as reuniões mensais, onde são exigidas a frequência, a lista de nomes dos participantes e a relação de atividades desenvolvidas durante o mês de trabalho. Contudo, estas reuniões na maioria das vezes trataram de assuntos pragmáticos, com característica

funcional: convocar estagiários para eventos da prefeitura, advertir os maus comportamentos, resolver problemas com horários etc. A questão da discussão do aspecto pedagógico e da função do esporte enquanto prática transformadora dos locais onde estavam localizados os núcleos não era devidamente considerada.

Em uma das reuniões dos gestores e estagiários, o principal assunto tratado dizia respeito ao estabelecimento de uma carta de advertência aos estagiários infratores das regras pré-estabelecidas no contrato. Os assuntos sempre contornaram colocações a respeito de horário, assiduidade e cumprimento das ações da bolsa. Foi instituída a criação de uma carta de advertência que estabelecia, entre outros pontos, o desligamento do estagiário que não estabelecesse envolvimento adequado com as atividades do projeto: faltas, atrasos e o não atendimento a convocações por vezes consecutivas o desvinculariam do projeto.

Em contrapartida, os estagiários argumentaram contra a falta de diálogo e comunicação com a gestão do projeto, fato responsável por gerar problemas administrativos básicos. Os problemas de diálogo geraram uma falta de correspondência entre os estagiários das praças, dos núcleos e com os gestores. Além das falhas dos gestores do projeto, houve também problemas na relação entre agente comunitário e núcleo. Alguns deles não se envolviam de modo apropriado com os trabalhos desenvolvidos nos núcleos.

5.2 Pessoas e ações

Sobre os problemas de organização

Conforme podemos observar no modelo de organização da SMECL, ela se estrutura sobre uma diretoria de esportes, na qual estão subordinadas as quatro coordenações de trabalho da Secretaria: coordenação de esporte semiprofissional, coordenação de esporte sócio-educacional, coordenação de lazer e coordenação de espaço físico.

O quadro de servidores público que compõe a frente de trabalho da SMECL estão distribuídos entre os cargos de supervisão (secretário de esporte, cultura e lazer, diretora de esporte e assessores), setor administrativo (secretárias, recursos humanos), gestão (coordenação de projetos e áreas), atuação junto às praças públicas de esporte

(técnicos e professores de educação física concursados) e estagiários (contratados em caráter temporário no início de 2006).

De acordo com os discursos das entrevistas, os gestores apontam que as ações da SMECL foram otimizadas durante esta gestão, principalmente no ano de 2006. Dizem ainda que não há disputa partidária dentro da prefeitura, “o trabalho é conjunto e acontece sobre os princípios do funcionalismo público” (entrevistada B).

Em contrapartida, levando em consideração o ST, um dos grandes problemas avaliados pelos coordenadores é a opção pessoal de cada integrante ao comprometimento com o setor público, que destoam na intenção comprometendo a execução do projeto. Segundo uma das gestoras, “há vários estagiários que não atuam de forma satisfatória na execução do projeto, falta de ética profissional” (entrevistada B). Este quadro gerou no decorrer do ano uma série de rescisões de contratos de estágio, tanto por iniciativa da prefeitura quanto por iniciativa dos próprios estagiários, que preferiram abandonar o projeto pelas falhas observadas e pela falta de dedicação à causa proposta.

A princípio, estes dados aparentam não serem relevantes para a discussão desta pesquisa. Porém, se nos remetermos à idéia de Azevedo (2002) sobre o sistema de filtros apresentada no estudo do modelo de Estado participativo, esta questão pode ser compreendida através de uma nova perspectiva. Partindo do princípio que o processo de execução da política passa por diversos níveis desde sua construção até sua execução, é possível compreender que existe uma gama de pessoas envolvidas neste percurso, cada uma com seus interesses políticos próprios. Ministros, secretários, prefeitos, diretores, gestores, estagiários e comunidade são alguns dos possíveis personagens que estão envolvidos com o ST, desde sua formulação até sua aplicação prática. Dentro deste quadro, há um conjunto de possibilidades de relações que o materializam, apontando caminhos e estabelecendo resultados a partir de acontecimentos cotidianos, que reunidos e analisados dentro de um processo mais amplo têm muito a dialogar com a dimensão política do projeto.

5.3 Materialidade

Sobre as tensões políticas envolvidas

Fundamental para o entendimento da materialização do ST na cidade de Campinas é entender a divisão que ocorre no seu sistema de gestão, polarizando de um lado a prefeitura municipal e de outro a FACESP. A implantação do projeto no município só foi possível graças a um acordo firmado entre as duas instituições em 2005. Esta ação foi necessária para facilitar a captação de recursos junto ao Ministério dos Esportes. Além disso, existiam diferenças entre os estatutos do Ministério e da prefeitura municipal que tornariam inviável a realização do projeto ST nos moldes pensados para o município de Campinas. Como exemplo cito as normas quanto à contratação de estagiários: o estatuto ministerial estabelece uma quantia máxima de remuneração aos estagiários que estaria muito aquém daquela proposta pela prefeitura na abertura do edital da seleção.

Assim, a gestão do ST acontece em duas instâncias: a cargo da prefeitura municipal ficaram delegadas as responsabilidades com a parte burocrática do projeto (contratação, recursos técnicos, diálogo e monitoramento dos estagiários). Já a FACESP ficou responsável pelo manejo dos recursos financeiros: lanche e da entrega de camisetas nos núcleos, além de supervisionar o trabalho dos agentes comunitários e assessorar suas reuniões. De modo geral, podemos definir que a prefeitura ficou responsável por um trabalho mais central do ST, enquanto a FACESP fez um trabalho mais focal junto aos núcleos.

É neste quadro que podemos notar uma tensão entre os conflitos de força presentes no jogo de interesses políticos entre estas duas instâncias. A idéia de fomentar o esporte e oportunizar o acesso, intenção central da prefeitura é deslocada pelo interesse político da FACESP na formação de “currais eleitorais” junto aos núcleos, já que prezam pelos aspectos quantitativos do projeto. Para a FACESP, a distribuição máxima de fichas para matrículas e a lotação e manutenção do maior número possível de núcleos está na frente de questões como avaliação e impacto do projeto nos núcleos onde ocorrem.

Outro ponto falho na materialização do projeto foi com relação à divulgação: a prefeitura não forneceu nenhum tipo de material para que o projeto fosse anunciado nos bairros, com exceção do informativo “Ver e Ouvir”, veiculado em locais

onde geralmente não há instabilidade social. Como forma alternativa de divulgação, a agente comunitária e a estagiária de um dos núcleos chegaram a visitar a escola do bairro, porém relataram que não obtiveram a ajuda necessária por parte da diretoria. Deste modo, a divulgação do projeto aconteceu de forma oral e através de alguns anúncios nos principais comércios do bairro. Como resposta inicial, as comunidades receberam o ST com um relativo estranhamento, e o número de participantes no início era bem aquém ao esperado. No desenvolvimento do projeto, a maioria dos núcleos cresceu em número e ação, porém nunca houve questionamentos e colaboração por parte dos pais e outros setores de organização do bairro.

5.4 Avaliação

Breve e carente de elementos

Avaliando o andamento do projeto nesta fase final de execução, os gestores apontam que uma das falhas graves da materialização do ST ocorreu justamente no modo de contratação dos estagiários. A prova não deu conta de selecionar estagiários que tivessem preparados para trabalhar no sistema público, com questões sociais e participação popular. Segundo uma das gestoras “deveríamos ter feito uma entrevista no decorrer do processo, para que julgássemos também o comprometimento do candidato com questões de ordem social” (entrevistada B).

Até este ponto não foi feito nenhum tipo de avaliação formal do projeto; tanto por parte dos gestores quanto por parte dos estagiários e agentes comunitários. Porém, não é difícil imaginar os elementos positivos e negativos que seriam apontados pelos setores e pessoas envolvidas na execução do ST depois das entrevistas e observações. De um lado, talvez a FACESP tomasse uma posição avaliativa em cima dos aspectos quantitativos do projeto, buscando argumentar com números de participantes e manutenção de núcleos, por exemplo. Numa outra posição, quiçá partisse dos estagiários uma posição de análise a partir do trabalho e transformações obtidas no núcleo, na realidade cotidiana das pessoas.

A falta de uma avaliação processual do projeto deixou marcas durante todo

o tempo sobre o modo como as ações aconteciam. O diálogo com a comunidade não obteve o respaldo desejado, tanto no nível dos gestores quanto no nível dos estagiários. A reunião mensal dos estagiários que poderia ser um espaço para troca de conhecimento e capacitação se transformou em um espaço de soluções burocráticas e paliativas. Deste modo, é notória a necessidade de uma avaliação ampla da implantação do programa frente aos inúmeros parâmetros e pontos a serem analisados.

Em certo momento da pesquisa, no episódio da entrevista com uma das gestoras do projeto, me foi feito um pedido de auxílio no processo avaliativo do ST em Campinas, visto que estava envolvido com estudos e discussões acerca do tema. Como resposta, elaborei um questionário, com características qualitativas, que deveria ser aplicado a cada um dos estagiários. O questionário constava de 28 pontos de discussão, reunidos em três blocos temáticos diferentes: caracterização do núcleo, estratégias e soluções e gestão e avaliação. Entreguei-o aos estagiários na reunião mensal de outubro, com a proposta de que me enviassem as respostas via e-mail. Passado o primeiro mês desde a entrega, nenhuma resposta havia sido enviada, sem nenhuma justificativa. Este fato refletiu a dificuldade, recorrente durante a execução do projeto, no processo de avaliação.

5.5 Público envolvido

Prelúdio - Sobre os núcleos visitados

5.5.1 Sobre o núcleo Real Parque

O Real Parque é uma região pobre da cidade de Campinas, que em certas áreas carece de infraestrutura básica. Não há equipamentos específicos de lazer, com exceção do local onde funciona o programa ST.

Um ponto interessante de análise deste núcleo pode ser tomado através do estudo do espaço. O local de ação do projeto é circundado por uma zona de ocupação irregular, e tem as dimensões de um campo de várzea. As atividades são realizadas numa parte menor, na entrada do campo, sempre na parte da manhã. Próximo ao campo há uma casa onde funciona a associação de moradores do bairro, onde são depositados os materiais utilizados para as práticas, além de servir como ponto para a distribuição dos lanches. Não há bebedouros nem sanitários e o sol é forte sobre o espaço e não há sombra. Um ponto negativo levantado pela estagiária com relação ao espaço gira em torno da falta de infraestrutura com relação à disposição do espaço: “é muito aberto, há vários focos de perda de atenção” (entrevistada A). Em conversa com os gestores, coloquei esta questão como uma das críticas feitas pelos estagiários na execução do projeto. Como resposta, a entrevistada rebateu ao argumento com a seguinte explicação: “a equipe de gestores entende que a função do projeto ST é otimizar os espaços já existentes, e não alterar a infraestrutura existente” (entrevistada B).

Há uma agente cultural do bairro que trabalha junto à monitora do núcleo, responsável pelo planejamento e execução das atividades três vezes por semana com início às 9h e término às 12h. As condições de trabalho não condizem com a materialidade proposta pelo projeto inicial do ST. Os recursos são escassos: há uma bola de basquete, de futsal, de vôlei e futebol, além de dois arcos.

No início do projeto havia em média dez crianças freqüentes. Desde então se elevou o número de interessados, totalizando atualmente cerca de 25 crianças por dia. Com o aumento das crianças e adolescentes praticantes, as turmas precisaram ser divididas.

Segundo a estagiária do local, dentro destes meses de trabalho foi grande a rotatividade das turmas, os fatores que explicam isso podem ser encontrados em fatos ocorridos ao longo da implantação do núcleo: no primeiro semestre de 2006 alguns barracos da zona de ocupação que circunda o espaço de ação do ST foram derrubados e as famílias precisaram se mudar para outro local, alguns adolescentes começaram a trabalhar e outros tiveram problemas com o horário escolar. Estes fatores ligados a outros tantos fizeram com que a participação ficasse prejudicada e sazonal. Em contrapartida, alguns fatores proporcionaram a entrada de mais crianças no projeto, como a distribuição de lanches ocorrida a partir de julho, e a entrega de camisetas.

Com relação aos moradores, ficou evidente um distanciamento por parte deles da política do bairro, acarretando uma falta de adesão dos projetos implantados pela prefeitura. Mesmo com a presença do NAS o Real Parque conta apenas com um projeto social, com caráter de educação infantil. Há também uma escolinha de futebol que funciona num espaço distante da região central do bairro. A pequena liderança comunitária existente não consegue agir junto ao bairro, reflexo da característica individualista da comunidade indicado pela estagiária que atua junto ao local: “só há ajuda em troca de algum interesse” (entrevistada A).

Segundo ela várias tentativas já foram feitas para tentar mobilizar os moradores, todas elas sem sucesso. São vários os motivos para a falta de adesão: as crianças e adolescentes não estão abertos para modalidades diferentes daquelas que praticam, os pais proíbem as meninas de frequentarem o espaço pela predominância de meninos no local, além de outros fatores. De certo modo, há um descrédito com a finalidade pretendida pelo projeto, tanto por parte dos pais quanto por parte das crianças e adolescentes.

As atividades desenvolvidas são adaptadas e vão ao encontro aos interesses dos praticantes do projeto. Não há proposta fechada por parte da monitora, e as crianças opinam o tempo todo naquilo que é realizado. Acontecem brincadeiras, jogos pré-desportivos e atividades técnicas para cada modalidade.

De modo geral, o que é desenvolvido neste núcleo está muito aquém das pretensões e alcances do projeto. Os fatos observados causam a impressão inicial da

diferença existente entre a concepção e a prática na gestão das políticas públicas para esporte. No meio delas, há um espaço enorme de discrepância entre o que pode ser feito e o que acontece realmente. Nesse jogo, ora tem culpa a prefeitura, ora é a comunidade que deixa a desejar. Os limites entre participação e execução das políticas públicas são extremamente sutis, e devem ser debatidos com vistas a tentar perceber as intenções dos que estão envolvidos com o processo.

5.5.2 Sobre o núcleo Parque Santa Bárbara

O Parque Santa Bárbara se localiza na Zona Norte da cidade, numa região afastada do centro de Campinas. Neste local o ST ocorre com relativo sucesso, contando com a participação de 30 crianças por dia de atividade, num total de aproximadamente 100 crianças cadastradas.

O projeto acontece no espaço de um centro comunitário do bairro, compondo-se de uma quadra em bom estado de conservação, com trave, estrutura para vôlei, iluminação e ao fundo um playground. Há também um salão para eventos da comunidade, onde se localiza um bebedouro e os banheiros. O centro comunitário é todo cercado e rodeado por árvores, diferente do espaço no Real Parque. Um dos estagiários entrevistados relatou que a associação comunitária do bairro é bastante forte.

O local onde acontece o projeto fica próximo à escola do bairro – EMPDZ, o que auxilia na participação das crianças e adolescentes pelo fato da visibilidade do espaço. Na entrevista realizada foi relatado que houve divulgação do projeto na escola do bairro, porém sem maiores aproximações com a instituição.

O núcleo também é privilegiado com relação os materiais, além daqueles já existentes no bairro e dos que foram cedidos pelo ST, os monitores conseguiram junto à prefeitura, devido à alta demanda do projeto, outros materiais (totalizando 29 bolas). Porém, apesar da quantidade de recursos disponíveis, estes não podem ser usados em grande quantidade nas aulas, pois há o risco de acontecerem pequenos furtos.

As atividades acontecem três vezes por semana, atendendo a públicos

diferentes: às segundas e sextas na parte da tarde participam crianças de 6 a 10 anos de idade, e às quartas de manhã crianças de 11 a 14 anos de idade. Neste núcleo a participação das meninas também é reduzida: aquelas que freqüentam o espaço preferem ficar no espaço do playground com outras crianças menores.

Além do agente cultural responsável pelo suporte nas atividades, havia dois monitores atuando no local até o final dos primeiros seis meses do projeto. No início do mês de agosto houve um remanejamento de um dos monitores para outro núcleo por ordem de um dos gestores da FACESP. O argumento adotado foi simples: o ST deveria abarcar o maior número de núcleos possível, de modo a prezar pela quantidade antes de se preocupar com a qualidade do trabalho.

Para que as atividades ocorressem sem maiores problemas no núcleo, os monitores disseram que foi preciso fechar um acordo com as crianças sobre a questão da preferência pelo futebol. Diante ao fato da baixa aceitação da prática de outras modalidades, a saída encontrada foi dispor da meia hora final de cada dia para a prática do futebol, independente da atividade trabalhada naquele dia. Essa relação de troca possibilitou que houvesse maior participação e aceitação das propostas dos monitores.

De certo modo, os monitores se engajaram no projeto e procuraram criar relação com a comunidade possibilitando aos usuários abertura para a permanência no projeto, independente se praticaram ou não as atividades lançadas. Durante uma das entrevistas, um dos estagiários relatou que acredita na função educativa do esporte, porém deixou claro que não encara o ST necessariamente como uma escolinha de modalidades esportivas. A idéia central que cerca as intenções da ação do projeto, segundo ele, é propiciar às crianças e adolescentes um espaço de convívio social através de jogos e brincadeiras.

Um importante elemento de caracterização deste núcleo é a baixa participação popular, que neste caso podemos aproximar de uma noção neoliberal de estado mínimo: os moradores com maior poder aquisitivo preferem usufruir os clubes privados de outras regiões da cidade, deixando de agregar valor ao seu próprio bairro. Esta situação remete à idéia de uma suposta ausência da atuação pública, fato que é agravado pela noção do assistencialismo que se tem das ações do poder público na comunidade.

5.6 Participação popular

Sobre a subordinação ao controle social

Talvez esta tenha sido a categoria de análise mais instável durante o processo de investigação, pois o próprio estudo conceitual do tema se alterou, de acordo com a revisão bibliográfica realizada em cada fase da pesquisa. Destarte, devo dizer que qualquer relação de aproximação construída entre participação popular e controle social é, por definição, aberta. Isto porque são categorias de análise trabalhadas de modos diferentes, dependendo da análise conceitual feita pelos autores que a tomam por objeto de estudo.

Dentro do conceito inicial de participação popular, apresentado neste trabalho e do entendimento de um modelo de Estado participativo, a intervenção popular era entendida como intrinsecamente ligada à construção de ações, dentre elas o esporte, em um modelo de gestão municipal, discutidas e definidas enquanto políticas públicas. A participação popular não pressupunha relação direta com o controle social, ou não o levava em consideração dentro de um modelo estrutural de organização política. As instâncias e modelos deliberativos apontados por Ganzeli (1993) tratavam especificamente sobre as formas e ações da participação popular, e suas implicações na dinâmica do modelo ideal de Estado apresentado. Dentro desta construção teórica, a participação popular era entendida como forma de atuação da sociedade civil sobre o Estado. O controle tinha sentido de força unidirecional, dos cidadãos para o Estado, fundamentando uma forma de governo com base na representatividade e com a emergência da democracia participativa.

Com o desenrolar da pesquisa, tomei contato com novos autores, novas idéias dentro do estudo da política que versam sobre a temática do controle social. Uma possível dúvida que poderia acometer a discussão nesta parte do trabalho poderia ser com relação a aproximação entre participação popular e controle social. Porém, é exatamente neste ponto que estes conceitos tomam forma. Há estudos dentro da ciência política que indicam similitudes entre estes dois conceitos, entendendo que a participação popular só ocorre em vias de controle social.

A respeito da dita linha de estudo sobre o conceito de controle social, há algumas considerações que se repetem dentro dos objetivos e construções teóricas defendidas por este modelo. Como premissa básica está a idéia do controle social como meio de possibilitar o envolvimento da sociedade nos assuntos do governo, tornando a sociedade civil mais atenta e cooperativa, zelando pela utilização dos recursos públicos e democratizando a gestão das políticas públicas. Esta definição poderia ser facilmente aproximada do conceito de participação popular, como mecanismo de ação e organização da sociedade civil.

Ao estudar o tema, Campos (2003) nos remete a um conceito que tenciona ainda mais estes termos:

Controle social são as ações desenvolvidas pela sociedade civil organizada que tem por objetivo: fiscalizar, monitorar e avaliar as condições em que a política de assistência social está sendo desenvolvida (fiscalizar e avaliar a qualidade das ações, a aplicação de recursos públicos e o resultado das ações na vida dos assistidos. Também é a influência que a sociedade civil exerce na formação da agenda governamental na definição das prioridades para o município. (CAMPOS, 2003, p. 3).

Dentro desta lógica, o governo se distancia do conceito de Estado participativo descrito e analisado na primeira fase deste trabalho, de certo modo até romantizado pela relação biunívoca entre a sociedade civil e o Estado, ambos participativos. Pela análise da aproximação da participação ao controle social, o Estado passa a ser uma instituição estabelecida por indivíduos que se juntaram para formar uma sociedade, cujo sentido é garantir a ordem e proteger a propriedade. Nesta perspectiva o governo surge como instrumento de poder, onde podem ser identificadas duas formas principais de controle social: a área dos controles externos e a área dos controles internos.

A primeira forma de controle está relacionada aos mecanismos de repressão destinados à manutenção da ordem. São exemplos, legislações restritivas, tribunais, polícias, etc. Trata-se de um controle que se exerce verticalmente, de cima para baixo, de forma centralizada e quase sempre autoritária.

A segunda forma de controle é mais sutil, no entanto mais avassaladora. Este controle ocorre como produto de uma sociabilidade que naturaliza as desigualdades sociais e individuais, que justifica privilégios e que consente discriminações. São os valores e as crenças que conformam nossa sociabilidade através da educação, da cultura transmitida, da força da religião, da ideologia, etc. (CAMPOS, 2003, p. 2).

Há várias bases legais que amparam o controle social como uma prerrogativa da sociedade civil. Nesta perspectiva, o município de Campinas lança mão de inúmeros meios a fim de proporcionar que as decisões no campo das políticas esportivas cheguem até a sociedade civil. Ao realizar seu estudo sobre as instâncias participativas municipais do fim da década de oitenta, Ganzeli (1993) já indicava vários modelos de participação popular em Campinas, sem ligação conceitual com as possíveis implicações do controle social.

Nestes últimos anos, esta mesma lógica se apreendeu na reforma política de alguns setores da prefeitura municipal, de modo que garantiram uma legislação que colocasse a população em vias reais de participação. O caderno de política de esporte lançado em 2005 é um bom exemplo. Nele, está legislada a criação de órgãos públicos que fomentem a discussão e a participação popular na execução das políticas esportivas, conforme nos indica o artigo oitavo da lei número 12353 de 10 de setembro de 2005

Artigo 8º - o município de Campinas e os entes responsáveis pelo fomento e desenvolvimento da atividade física, do esporte e do lazer, visando à melhoria na qualidade de vida da população campineira, constituirão o Sistema Municipal de Esporte e Lazer, tendo como objetivo garantir a prática esportiva regular formal e não-formal e o lazer, inspirados nos fundamentos constitucionais do Estado democrático de direito e compreende:

- I- A secretaria Municipal de Cultura, esportes e lazer
- II- A secretaria municipal de educação
- III- O Fórum permanente de esportes de Campinas
- IV- O Conselho Municipal de Esportes
- V- As entidades de administração esportiva
- VI- As entidades de prática esportiva e de lazer
- VII- As organizações não governamentais
- VIII- As academias e assemelhadas que desenvolvem a cultura física
- IX- As instituições de ensino público e privado mantenedoras e reconhecidas pelo Ministério da educação a ministrarem curso de graduação em Educação Física
- X- As fundações públicas ou organismos municipais responsáveis pelo fomento, administração e execução das atividades esportivas e de lazer (CAMPINAS, 2005, p. 41)

Dentro do conceito de órgãos públicos e instâncias participativas, os conselhos são um dos principais instrumentos de controle social nas políticas setoriais, pois a eles compete convocar conferências; deliberar políticas – aprovação do plano de assistência social; fiscalizar o desenvolvimento das ações e a utilização dos recursos,

inclusive aprovar ou rejeitar a prestação de contas, normatizar, através de resoluções, repasses de recursos; redistribuições de metas, critérios de inscrição de entidades, critérios de avaliação das atividades, reconhecimento quanto ao impacto social de ementas parlamentares, mobilizar a sociedade civil, por meio de reuniões ampliadas, encontros, seminários, fóruns, para discutir sobre a política de assistência e sobre as demandas assistenciais presentes no município.

Apesar de não serem veículos isolados de participação e controle social, os conselhos, se implantados com respeito a sua autonomia, buscando a intersetorialidade entre eles, a manutenção de uma infra-estrutura adequada às suas funções e o seu caráter pluralista (participação de representantes da sociedade civil e do Poder Público legalmente escolhidos), podem se tornar no mais forte espaço de aglutinador de forças, pois é a forma mais direta de controle social. (CAMPOS, 2003, p. 6)

Através deles, qualquer cidadão pode através dos seus representantes acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços públicos e privados, representando contra qualquer ato que julgue atentatório aos seus direitos. Em Campinas, desde a deliberação da lei número 12357 de 10 de setembro de 2005 foi constituído o Conselho Municipal de Esporte. Dentro deste espaço de tempo, já atuou de maneira decisiva em diversas situações da política municipal, apoiando decisões, apontando rumos e formando opiniões.

Muito além da função legitimadora de controle social e participação popular, a atuação dos órgãos públicos - notadamente de conselhos municipais como o citado acima - são montadas não só para garantir a participação, mas para controlar a participação popular, constituindo-se dentro de uma lógica contraditória. A participação ganha então uma nova relação com o controle social, na medida que não mais se aproxima dele por semelhança, mas por meio, como controle. Ilustrando este modelo, foi possível encontrar um exemplo real dentro das observações feitas durante a pesquisa. O Conselho Municipal de Esportes da cidade de Campinas é presidido por uma comissão, que se encontra mensalmente sob a forma de reuniões. Nestas ocasiões, são discutidos projetos e ações do Conselho junto a SMCEL, com a participação de diversos setores da sociedade civil ligada ao esporte: clubes, associações e instituições de ensino, por exemplo. Porém, as discussões sempre acabam em regime de votação, e neste momento só têm direito ao voto os grupos que se constituírem enquanto pessoa jurídica, conforme aponta o estatuto do

Conselho. Deste modo, ganham respaldo apenas organizações civis maiores, mais organizadas, como os clubes e associações de esporte profissional. Associações de bairro e demais grupos sem registro de pessoa jurídica não têm direito à tomada de decisões neste espaço. Esta situação exemplifica bem a idéia acima explicitada: a participação ocorrendo como controle, dentro de uma situação de subordinação. A justificativa de órgão público de participação popular presente em conselhos desta natureza acaba se evaporando quando as situações reais tomam forma no jogo de interesses políticos, deslocando o sentido de participação popular para o campo do controle social.

Uma outra análise do controle social, ainda em parceria com a participação social, poderia acontecer dentro de uma relação democrática, onde a sociedade civil organizada usaria das duas ferramentas para o envolvimento com as políticas públicas. Por esta vertente, o controle social deveria, entre outras funções, tornar o governo mais público e a sociedade civil mais atenta e cooperativa; zelando pela utilização dos recursos públicos, considerando que são recursos da sociedade pagos direta ou indiretamente através das várias modalidades de impostos e que, portanto, devem retornar à sociedade em forma de serviços de interesse público.

“Os meios de controle social têm como pilar a fiscalização das ações públicas, mas o seu papel é muito mais amplo. Visam, sobretudo, a indicar caminhos, propor idéias e promover a participação efetiva da comunidade nas decisões de cunho público.”(CUNHA, 2003, p. 3). Esta é uma discussão mais avançada e narra um modelo de controle social dentro de um modelo ideal de Estado participativo. Neste modelo, a sociedade civil atuaria e auxiliaria nas discussões das mais diversas instâncias de participação da política: agendas governamentais, sindicatos, conselhos, orçamentos participativos, avaliação de políticas, etc. Apesar destes tipos de espaços serem comuns na realidade política de diversos níveis, na prática o que é observado é o uso deste formato democrático para coibir possíveis núcleos de divergências e tensões políticas, conforme exemplifica a estrutura do Conselho Municipal de Esporte de Campinas.

O envolvimento com a população sempre foi uma questão presente nas minutas e materiais de divulgação do ST em Campinas. O caráter democratizador do esporte, da inclusão pela prática, do direito ao acesso, foram pontos constantemente

marcados na veiculação do projeto. Com relação à participação popular, estas premissas todas eram válidas e justificariam a inserção não só das crianças e adolescentes envolvidos, como também a participação de suas famílias junto às lideranças e associações de bairro. Na prática, este argumento foi amplamente distorcido. O distanciamento entre o modelo ideal e o modelo real da participação popular acompanhou, na mesma medida e no mesmo tom, as diferenças entre o modelo de Estado idealizado e o modelo real praticado. Neste cenário, além do problema da participação foi possível observar a maneira como é exercida a autonomia dos cidadãos dentro do modelo que está posto. Nos núcleos observados a prática política está muito aquém das pretensões da formação do sujeito autônomo: a heteronomia é agravada pelo caráter interesseiro de participação do público atendido pelo ST, conforme indicou a estagiária de um dos núcleos “eles só participam por interesse, quando há alguma coisa em troca” (estagiária A).

5.7 Intersetorialidade

Sobre as justificativas para a aproximação do esporte e a escola

A escola e o esporte têm relação direta desde o surgimento desta segunda instituição, quando os alunos das *schools* de elite inglesas começaram a adotar a prática esportiva como hábito, disseminando os valores e consagrando o esporte enquanto instituição latente.

Fazendo um breve percurso pela educação escolar recente no Brasil, não é raro encontrar proximidades entre o esporte e a escola, isso porque antes dos valores promovidos pela instituição esportiva, existia o caráter nacionalista do esporte. Esta questão toma corpo quando lembramos que o Estado republicano brasileiro tem grande parte de sua história calcada sobre regimes autoritários, como a Era Vargas na primeira metade do século e a Ditadura Militar em um período mais recente. Nestes modelos de Estado, é recorrente o uso do esporte enquanto instituição controladora das tensões populares e foco de união da identidade nacional. Esta breve alusão histórica nos empresta elementos para entender as condições de produção da relação entre esporte e escola no Brasil e nas políticas públicas para o setor. Em consonância com a presença do esporte na escola, cabe

às políticas nacionais de esporte o papel de endossar a importância da prática esportiva para a descoberta de talentos esportivos, muito além da função democratizadora e do desenvolvimento do caráter cidadão pretendido pela maioria dos programas nacionais de esporte educacional.

Neste íterim é possível entender o modo como o esporte escolar é incorporado ao sistema esportivo nacional, cabendo à escola (e à educação física enquanto componente curricular) o papel de alicerce, sobre o qual funciona toda a superestrutura do esporte de rendimento. Fazendo uma reflexão mais ampla, é possível afirmar que a representação usual do sistema passou a ser uma pirâmide cuja base larga seria o esporte escolar, a partir da qual se dariam as sucessivas seleções e afunilamentos até se chegar a uma ponta estreita com lugar para poucos, geralmente tratados como talentos. Essa idéia, mesmo com ressalvas e apesar dos apelos por uma maior participação e inclusão social, prevalece e tem adquirido status (e recursos) de política pública. Neste momento é que ganha sentido tratar o ST enquanto programa de política esportiva integrante deste modelo, sendo diversos os episódios que ilustram esse interesse, a reocupação da escola pelo esporte. Um deles foi a publicação da Portaria Interministerial nº 73, de 21 de junho de 2001, dos Ministros de Estado da Educação e do Esporte e Turismo. Com a redação própria do instrumento normativo, os ministros instituíram os seguintes artigos:

Art. 1º - A educação física constitui-se componente curricular obrigatório da educação básica, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Art. 2º - No cumprimento do disposto no artigo anterior, os estabelecimentos de ensino deverão ministrar a educação física de forma integrada à proposta pedagógica da escola, e voltada ao bem-estar, à integração social e ao desenvolvimento físico e mental do aluno, apoiando as práticas desportivas. (BRASIL, 2001, p.1)

A educação física não deixa de ser tratada como veículo de propagação do modelo esportivo, função que carrega desde seus primórdios de atuação na realidade escolar brasileira. Além disso, a partir da criação destes artigos, começam a ser promovidos vários programas com o propósito de fomentar a prática esportiva nas instituições escolares, entre eles o Programa Esporte na Escola. Inicialmente, foi firmado um protocolo de intenções entre os Ministérios do Esporte e da Educação com vistas à implementação do programa ST Escolar, sucedâneo do Esporte na Escola. Posteriormente, foi iniciado um

projeto-piloto do programa em escolas públicas do estado de Goiás. Prosseguiram-se contatos com governos estaduais e prefeituras para formalização de convênios e implementação dos núcleos de esporte. No início de outubro de 2003, o programa foi lançado oficialmente pelo presidente Lula, com a presença de ministros, atletas e entidades parceiras. O programa utilizou, inicialmente, o nome “A Hora do Esporte”, alterado posteriormente para “O Esporte e a Escola no Mesmo Time”.

O público alvo se concentra no ensino fundamental das escolas públicas. Também é anunciado o investimento em infra-estrutura esportiva, em contratação de estagiários, em capacitação de pessoal (estagiários e professores), em distribuição de material esportivo às escolas, em fornecimento de merenda escolar para os alunos do programa e a promoção de eventos esportivos nacionais e regionais. Diante de uma série de dificuldades na sua implementação, especialmente no que refere à infra-estrutura, organização e funcionamento das diferentes redes escolares, o programa terminou suprimindo o termo “escolar” e passou a ser divulgado apenas como ST, abrindo a possibilidade de implementação também por organizações não governamentais, mantendo, porém, o público alvo. “Deixa de ser um programa para a escola e consolida-se como um programa para escolares” (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

Promovido pela prefeitura municipal em parceria com a FACESP, o ST não deixa de ocupar a posição de base na pirâmide esportiva em Campinas. Por trás de seu caráter socializador, estão inseridos vários interesses diretamente ligados às funções da instituição esportiva dentro de um modelo de estado que se apresenta democrático-participativo.

Além da posição central do programa dentro das políticas esportivas do município, a SMECL deixou claro nas entrevistas e ações realizadas que está em estreita relação com a Secretaria Municipal de Educação. Sob a justificativa da intersetorialidade, vem ocorrendo durante o ano de 2006 vários projetos entre estas duas secretarias, principalmente, como por exemplo, o JEM. Este projeto reuniu cerca de 2500 alunos de 49 escolas da rede municipal de ensino no mês de outubro de 2006. Segundo a ótica dos responsáveis pelo evento,

A idéia central dos jogos foi fomentar a prática do esporte com fins educativos, promovendo o intercâmbio sócio esportivo entre os participantes e as

comunidades envolvidas, contribuir para o desenvolvimento integral do aluno enquanto ser social, autônomo, democrático e participante, estimular a prática esportiva nos estabelecimentos de ensino fundamental da rede municipal e estabelecer um elo de identidade do educando e sua unidade de ensino, além de selecionar possíveis talentos para futuro encaminhamento para o esporte de rendimento. (Alunos..., 2006, p.12).

Os alunos do ensino fundamental das escolas públicas do município se distribuíram em duas categorias para os jogos: de 5ª a 8ª séries na categoria mirim (11 a 13 anos) e infantil (14 e 15 anos), disputando durante este período nas modalidades de dama, xadrez, basquete, voleibol, tênis de mesa, atletismo, handebol e futsal.

O JEM reflete a preocupação das políticas públicas do município em aproximar o esporte da escola, criando uma relação que pode se estender para fora dos muros da instituição escolar, com finalidades e interesses diferentes. O ST aparece neste tom e seguindo estas diretrizes, uma vez que se compromete a preencher o tempo de escolares em horários e espaços fora da escola.

Não há dúvidas quanto ao tratamento do esporte como possibilidade de educação. O esporte sempre educa, ainda que não seja de maneira neutra, nem essencialmente boa. Porém, ao verificar uma simbiose cada vez mais crescente entre o esporte e a escola, como vem sendo observado nos projetos da área de política esportiva do município de Campinas, cabe indagar sobre o modo como se aprende e ensina o esporte. Quais os valores que têm permeado o trato com o esporte na escola? É preciso, pois, considerar a formação que se quer para uma criança ou adolescente e como o esporte participa dessa formação.

Por mais que se tente separar, criar configurações como esporte de rendimento e esporte de participação, é impossível reconhecer autonomia entre essas dimensões. O esporte de rendimento é o que tem fornecido o modelo básico, relacionando-se com as outras dimensões na perspectiva da descoberta de talentos esportivos e na criação de um mercado consumidor.

Dessa maneira, a tensão entre esporte e escola está diretamente relacionada às concepções de esporte e escola presentes nas políticas públicas educacionais e/ou de esporte escolar.

Há que se pôr em questão o grau de compatibilidade entre as instituições esportiva e escolar, considerando, por justiça, que nos conflitos mencionados até então, o esporte tem sido coerente com sua história, seus princípios e tendências.

Ao tratar do esporte, convidando-o a entrar ou aceitando-o como inquilino, a escola não tem sido capaz de garantir o acesso prazeroso ao conhecimento. Um acesso que permita ao aluno, posteriormente, fazer opções de aprofundamento. Normalmente, têm sido os outros (pais ou professores) a fazer opções pelos alunos. E a “opção” pelo aprofundamento tem antecedido o acesso amplo, invertendo a “ordem natural das coisas”. (ASSIS, 2005, p. 6)

Conforme indica a citação acima, é inevitável discutir a relação entre esporte e escola quando o poder público veicula a população projetos políticos como o ST. Neste e nos demais programas com características similares, o esporte e a escola vivem em permanente tensão. Por um lado, o esporte se encaixa perfeitamente numa perspectiva educacional que seleciona e especializa. Por outro, ele contraria o princípio democrático básico da escola, enquanto instituição com possibilidade transformadora.

Apesar de toda a discussão construída nesta sessão, devo considerar alguns limites deste trabalho para a discussão entre o esporte e a escola através do ST. Isto porque a metodologia deste trabalho não envolveu visitas às escolas ou entrevistas com responsáveis pela questão da educação. Com certeza, o diálogo com as aproximações teóricas desenvolvido acima poderia ser mais significativo caso ocorressem pontes mais diretamente ligadas à questão escolar, tanto na coleta de dados quanto na revisão bibliográfica da pesquisa.

5.7 Esporte

Finalmente, sobre as concepções e os usos do modelo esportivo

Remontando novamente à idéia de Azevedo (2002), na linha de que ocorre na política um processo chamado por ela de sistema de filtros, o qual prevê que a intenção a ação política esbarra nos interesses pessoais de cada um que a executa, podemos arriscar uma ponte deste conceito também para o esporte. Tomando os devidos cuidados, principalmente com relação às definições engendradas nas formulações dos dois conceitos, podemos dizer que também no esporte há uma parcela muito grande de significado depositada na intenção do gesto e da ação daquele que pratica e desenvolve o esporte. Diferente da política, o esporte nos submete a um tipo de construção social, a um percurso histórico que o define diferentemente das contradições e linhas diferentes de pensamento

presente na ciência política. Nos núcleos e espaços de gestão observados foi possível notar que há uma intenção de ação, em significado pessoal de esporte que perpassa as diretrizes e objetivos previstos nas leis e minutas do ST. Deste modo, é possível dizer que os diferentes interesses políticos envolvidos em toda a execução do projeto são também acompanhados de diferentes interesses pelo esporte. Esta constatação nos conduz a um princípio lógico e presente no sentido deste trabalho o tempo todo: não há como dissociar a política das diferentes instâncias e práticas do convívio em sociedade.

Ampliando esta idéia, talvez fosse possível afirmar que o ST ocorre de maneira diferente em cada um dos núcleos que o desenvolve, pelo simples fato de que atuam nesses espaços sujeitos políticos diferentes, com diferentes construtos sociais e diferentes visões sobre o esporte. Quiçá essa heterogeneidade de pensamento e ação presente no projeto encontre parte de sua explicação presente na forma como foi feita a seleção de estagiários, os principais responsáveis pela materialização efetiva do projeto. As provas aplicadas não traziam em nenhum momento considerações acerca do conceito de esporte e educação física; as perguntas versavam sobre temas gerais não específicos ao campo de atuação do esporte junto a grupos sociais.

Partindo para uma análise do modelo de esporte intencionado e praticado no ST, precisamos antes de tudo remontar ao histórico recente da construção das políticas públicas de esporte na cidade de Campinas. Para isso, resgato alguns artigos do texto de lei número 12353/05 construído entre 2004 e 2005, época de revisão das políticas esportivas do município. Esta série de artigos foi aprovada pela câmara municipal e sancionada pelo prefeito de Campinas para entrar em vigor a partir de 12 de janeiro de 2006.

Artigo 2º A política municipal de esporte e lazer tem por finalidade, nos termos do Artigo 217 da Constituição Federal, fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um, garantindo o acesso aos programas e projetos esportivos e de lazer, promovendo a qualificação e aperfeiçoamento de recursos humanos, o desenvolvimento das ciências do esporte e o aprimoramento técnico das equipes e atletas do município [...].

Artigo 3º, parágrafo IX – Estímulo ao intercâmbio nacional e internacional visando o aprimoramento técnico e desenvolvimento das ciências do esporte.[...] parágrafo - XIV – criação de mecanismos que permitam o desenvolvimento do esporte de alto rendimento (CAMPINAS, 2005, p.39)

Os trechos acima transcritos apresentam de maneira clara o apoio das políticas públicas ao esporte de alto rendimento, citando como meios para este princípio o

aprimoramento e apoio das equipes a atletas do município. Uma primeira análise poderia condenar este argumento por tratar-se de apenas um recorte do projeto de lei original, porém este procedimento é feito justamente para mostrar as complicações que podem coexistir com uma política que generaliza e abarca todas as intenções e possibilidades de atuações e projetos e diretrizes. Um exemplo concreto deste modelo político aparece no modo como está organizada a SMCEL: dentro de seu organograma, todas as coordenações estão subordinadas à diretoria de esporte, inclusive a coordenação de lazer.

Em outra altura do mesmo documento, as leis advogam a respeito da participação e sistematização do apoio à prática esportiva em Campinas:

Artigo 7º - São instrumentos da política municipal de esporte e lazer

- O fundo de investimentos esportivos de Campinas – FIEC, com recursos previstos no Orçamento Geral do Município, destinado a apoiar financeiramente investimentos na execução de programas e projetos de caráter esportivo e de lazer que se enquadrem nas diretrizes e prioridades constantes dessa lei;
- A execução das ações de programas e projetos esportivos descentralizados, atendendo aos interesses das parcelas da sociedade envolvidas nesses programas e projetos.[...]
- A criação de mecanismos que proporcionem a participação democrática da sociedade organizada, desenvolvendo a interface entre o município e a iniciativa privada na criação de incentivos fiscais destinados aos programas e projetos esportivos e lazer.

Como sugere Bourdieu (1998), há em cada campo uma rede de poder que funciona de acordo com as posições de cada um e a tomada pelo poder nas ações dentro do campo e entre os campos. Remetendo esta teoria ao objeto da pesquisa, pode-se afirmar que ocorre uma tensão entre dois campos: o campo cultural/esportivo e o campo da política. Por trata-se da análise de um projeto da área de esporte sócio-educacional, tem-se a impressão de que o conflito de forças no campo do esporte é menos tenso em comparação aos conflitos travados no campo da política. Há certa verdade nesta afirmação, porém fica difícil colocar em escalas de comparação os sentidos e resultados das forças para a conformação dos diferentes campos.

No entrecruzamento das instâncias educacional e política para a justificativa do esporte sócio-participativo que caracteriza o ST é preciso perceber o modo como ocorre a construção e manutenção das instituições envolvidas: o Estado, a escola e o

esporte.

Conforme os resultados da pesquisa documental é possível atribuir ao Ministério do Esporte, enquanto entidade estatal, os princípios participativos e o caráter democrático pregado pelas diretrizes do ST. Além disso, o projeto congrega duas instâncias de deliberação e organização social, a FACESP enquanto uma fundação e a SMCEL enquanto órgão público de um governo municipal. De maneira lógica, a própria existência do ST pressupõe consolidação do Estado enquanto instituição, pois faz funcionar os princípios que regem os Estados Modernos: há um órgão que centraliza o poder e o dinheiro de uma sociedade organizada, e o arranja de maneira a retornar à população a verba pública através de melhorias e intervenções sociais.

Ao esporte o ST surge como uma iniciativa que o consagra enquanto instituição. Os princípios e as teses falaciosas que atestam a ele o poder de transformação e ascensão social são inchados pela disseminação de sua prática (no recorte de algumas modalidades esportivas indicadas pela hierarquia dentro das atividades físicas esportivas) junto a uma parcela da população que busca algum modelo para construir um caminho rumo a uma posição social de status.

Com relação à escola, entendo que se trata de uma instituição fundamental para a consolidação do esporte, em qualquer nível ou sociedade. Basta lembrar que num período logo posterior à gênese do esporte moderno, sua disseminação só foi possível graças à incorporação de sua prática nas escolas das elites inglesas. Através dela se estabeleceu a formação do gosto, a construção do *habitus* apontado por Bourdieu (1998), e o esporte deve ocupar cargo neste processo já que está estabelecido hoje como instituição forte e influente na trama social.

Uma outra questão a ser explorada é a relação estabelecida com a necessidade do ST como forma de complementação do esporte escolar. Se partirmos do pressuposto que a educação física enquanto área de atuação escolar é capaz de solucionar as necessidades esportivas dentro do conteúdo das aulas, não seria preciso construir um projeto complementar específico de esporte com justificativa educacional, como é o ST. É possível afirmar que este programa invade a escola na medida em que projeta para discussão curricular e para o tempo escolar questões de ordem extracurricular que não

foram devidamente debatidas com a instituição escolar, com o “primeiro tempo”.

Na medida em que vincula à escola algumas práticas corporais específicas, o ST coloca o esporte como conteúdo básico da formação, com a justificativa de controle do tempo ocioso para a formação, entre inúmeras características, de um caráter cidadão. Conforme consta nas diretrizes municipais de políticas públicas e no projeto do Ministério para o ST, o programa prevê, entre outras ações, a realização de festivais esportivos que tenham como um dos objetivos a detecção de talentos. Ora, se o esporte escolar está subordinado ao esporte de alto rendimento, numa avaliação da distribuição orçamentária entre projetos de esporte rendimento e esporte participação, de nada adianta injetar dinheiro nos projetos – escolares ou não - de cunho social/participativo na medida em que funcionam como caça-talentos esportivos. Por esta linha, todo e qualquer dinheiro investido no esporte terá como fim último o esporte de alto rendimento.

Dentro da realidade observada, tanto do ponto de vista da participação popular quanto do ponto de vista das funções e transformações do esporte junto aos núcleos do ST, foi possível notar uma característica forte da ideologia neoliberal de Estado que contamina os governos democráticos contemporâneos. Nos dois casos ocorre o que os críticos ao modelo neoliberal chamam de individuação do sujeito. O livre intercâmbio de idéias e a liberdade jurídica dos indivíduos prevista neste modelo de Estado são peças fundamentais no entendimento da baixa participação popular junto às iniciativas públicas. Destarte, as promessas da funcionalidade democrática da instituição esportiva de reduzir a distância entre classes, multiplicar os contatos entre os indivíduos, prometer mobilidade social e abolir as discriminações sociais fazem com que seja feita uma projeção sobre cada criança e adolescente que aposte na prática esportiva como uma ponte para o famigerado caminho de sucesso na vida.

Obviamente, este trabalho não daria conta de discutir esta idéia, porém me atrevo a fazer nesta fase final de análise do esporte enquanto política dotada de um sentido transformador uma menção à intenção participativa de cada sujeito dentro de suas práticas. Por meio desta, podemos construir vários caminhos possíveis de análise. Porém, imagino que não é possível percorrê-los descartando a imagem que a mídia e as projeções sociais de sucesso no esporte inculcaram a cada praticante. A prática esportiva é, portanto, simulacro de

ascensão a um poder que funciona justamente na busca por um lugar que não existe.

O término do ST na cidade de Campinas está previsto para acontecer no dia 3 de dezembro de 2006. Alguns contratos com estagiários permanecem, mas estes serão realocados para trabalhos nas praças e outros projetos da prefeitura. Além disso, a equipe de gestores continua atuando, as políticas esportivas municipais são deliberadas, e o modelo do esporte moderno continua sendo consagrado e veiculado às instituições e realidades sociais do mundo todo, num modo de ação que lhe é peculiar a cada instância, de acordo com diretrizes comuns presentes em sua lógica funcional.

Ao findar este trabalho, compartilho com a opinião de uma estagiária que não acredita no sentido democratizador do esporte. Segundo ela, ele trás em si traços que seguem em direção contrária a um modelo de sociedade construída sobre os princípios democráticos. Justifico esta afirmação emprestando à sua opinião toda a revisão feita acerca do esporte e de suas funções ao longo de sua existência, desenvolvida nesta investigação.

Fugindo de um desfecho pessimista, remonto de novo à opinião da mesma estagiária: “Não encaro meu trabalho como esporte. O que faço é passar alguns conhecimentos e valores através de alguns jogos e atividades” (entrevistada A). Talvez fosse preciso montar uma tese acerca da construção de uma “atuação política contraditória” que considerasse a ação pessoal de cada um dentro de um coletivo. Considero que a transformação e a conquista democrática só serão possíveis pela materialização cotidiana dos projetos políticos, pela negação da corrupção e da opressão a cada gesto, pela execução de atos que prezem pelo respeito aos direitos e possibilidades de cada sujeito na sociedade. A contradição entre atuação política pessoal e cidadania – como termo que expressa a participação do sujeito dentro de um Estado organizado – talvez possa não ser explicada pelas teorias do campo das ciências humanas, mas acredito que podem ser superadas pela prática cotidiana, pela intervenção pessoal dentro de cada projeto pessoal na trama de redes coletivas na sociedade.

6 Referências Bibliográficas

AMARAL, Silvia Cristina Franco. **Políticas Públicas de Lazer e participação cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

AZEVEDO, Janete. **Educação como política pública**. Rio de Janeiro: Autores associados, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: Unijuí, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 073, de 21 de junho de 2001**. Ministério de Estado da Educação, Ministério de Estado do Esporte e Turismo, Gabinete do ministro. Disponível em: < http://www.crefsc.org.br/leis/portaria_interministerial.doc>. Acesso em 16 nov 2006

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. Alunos da rede municipal participam dos Jogos Escolares Municipais, **Ver e Ouvir: Cultura, Esporte e Lazer**, Campinas, n. 17, p.12, out, 2006.

----- . Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer. Projetos esportivos atendem estudantes em situação de vulnerabilidade social. **Ver e Ouvir: Cultura, Esporte e Lazer**, Campinas, n. 14, p.14-15, jul, 2006.

CAMPOS, Edval Bernardino. **Controle social das Políticas Públicas: notas para debate**. Belo Horizonte, 2003 Disponível em: <<http://www.cres-mg.org.br/Textos/Controle%20Social%20das%20Políticas%20Publicas.pdf>>. Acesso em: 16 nov 2006

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política educacional Educação Física**.Campinas: Autores Associados, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

CUNHA, Sheila Santos. **O controle social e seus instrumentos**. Salvador: [s.n.],2003. Disponível:<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/Controle%20Social%20e%20Seus%20Instrumentos.pdf>. Acesso em: 16 nov 2006

DEUTSCH, Karl. **Políticas e governo**. São Paulo: Vozes, 1992.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.

GANZELI, Pedro. **Estruturas participativas na cidade de Campinas**. 1993 Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

MENEZES, Vilde. **Políticas para esporte e lazer**. Recife: Bagaço, 1992.

OLIVEIRA, Sávio Assis de. Considerações sobre as políticas públicas de esporte escolar no Brasil do século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 24., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 2005. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. São Paulo: Pioneira, 2001.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte espetáculo e futebol empresa**. 1998 Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SILVA, Jamerson. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: resistência e dominação no governo de Pernambuco entre 1995 e 1998**. Tese de Doutorado – Centro de Educação - UFPE. Recife, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Ed UFRGS: Sulina, 2004.

7 APÊNDICE A

Questionário – Estagiários

Projeto “Segundo Tempo” Prefeitura Municipal de Campinas

Local de trabalho:

A partir das experiências do estágio, procure tecer considerações acerca da direção do seu trabalho e da conduta dos participantes, das experiências positivas e dificuldades encontradas partindo dos seguintes pontos:

BLOCO I – Caracterização do Núcleo

1- Quadro humano

- a- Número de participantes potencial e número de participante real dos núcleos
- b- Profissionais da área envolvidos, além de você (professores, técnicos)

2- Materialidade

- a- Descrição e levantamento da infraestrutura do local : bebedouro, sanitários, espaços disponíveis, piso, etc.
- b- Relação dos materiais para as atividades e relação com a demanda
- c- Disponibilidade de lanche para os participantes

3- Caracterização do local

- a- Descrição geral e indicativos econômicos do bairro
- b- Acesso dos participantes
- c- Violência e uso de drogas / outro problemas

4 - Dinâmica das atividades

- a- Controle da presença dos participantes (matrícula, chamada)
- b- Divisão das turmas por faixa etárias e/ou outros critérios utilizados
- c- Participação das meninas nas atividades e problemas com relação ao gênero

BLOCO II – Estratégias e soluções

1- Diálogo com a comunidade

- a- Estratégias de aproximação estabelecidas com a comunidade local
- b- Associação do projeto com outras frentes de trabalho da comunidade (eventos, festas, igreja, escola, campanhas da associação de bairro)
- c- A participação atual da comunidade no núcleo do projeto

2- Valores trabalhados

- a- Situação inicial: dificuldades observadas e impressões *à priori* encontradas
- b- Estabelecimento de regras e acordos para o trabalho
- c- Experiências com conteúdos diferentes do esporte
- d- Sobre as mudanças de relacionamento ocorridas a partir da sua atuação

3- Soluções

- a- Experiências de sucesso
- b- Possíveis idéias a serem desenvolvidas junto à comunidade
- c- Idéias do projeto que não se aplicam à realidade do local e possíveis soluções

BLOCO III – Gestão e avaliação

1- Gestão

- a- Funcionalidade da equipe de gestores (FACESP e Prefeitura)
- b- Comunicação entre equipe administrativa e estagiários
- c- Cumprimento de prazos (entrega de relatórios e afins)

2- Avaliação

- a- Sua opinião sobre o importância do esporte na sociedade
- b- Sua opinião acerca dos rumos do projeto
- c- Sua avaliação sobre a proposta do projeto
- d- Sua auto-avaliação